

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA Faculdade de Ciências Econômicas 1909-2009

GENTIL CORAZZA
Organizador



UFRGS
EDITORA

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA
Faculdade de Ciências Econômicas



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Fernanda Kautzmann
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Equipe de pesquisa histórica
Naida Menezes (coordenadora), Clovis Gomes de Oliveira Filho, Denise W. Xavier,
Geórgia S. M. Pinto, Iuri B. Pereira, Leonardo Lima Ferreira, Maria Elisa Swarowsky
Lisboa, Séfora Bertoldi e Wagner Luís das Neves Teixeira.

H673 História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009 /
[organizado por] Gentil Corazza. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
288 p. : il. ; 16x23cm

Prefácio de Hélio Henkin, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

Introdução de Gentil Corazza.

Inclui no anexo lista de diretores, professores, servidores técnico-administrativos
e alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Documentos
históricos.

1. Faculdades de Ciências Econômicas – UFRGS - História. 2. Ciências Econômicas – UFRGS – Currículo. 3. Contabilidade – Ensino – Rio Grande do Sul. 4. Ciências Atuariais – Evolução – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 5. Administração – Ensino – Rio Grande do Sul. 6. IEPE – Pesquisa – Pós-graduação. 7. PGDR – Trajetória – Economia – Desenvolvimento rural. 8. Economia – Pós-graduação. 9. Biblioteca – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 10. Movimento estudantil – História. 11. Lideranças – Vida pública – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. I. Corazza, Gentil.

CDU 33(091):378UFRGS

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0077-0

História da organização e do movimento estudantil

RONALDO HERRLEIN JÚNIOR*

Enquanto constituirmos parte do organismo desta escola, não seremos o órgão doente que lhe faça periclitar a existência, somos, pelo contrário, a alma forte que vivifica e anima, somos o sangue quente que lhe corre nas veias, somos, também, os glóbulos brancos, os vigilantes contra as infecções.
(Ruy Cleto Duarte, em 24 de julho de 1946, presidente do CEUCE em 1947)

No CEEP, como anteriormente no DAECA, sempre levamos um trabalho no sentido do desmascaramento do caráter alienado, autoritário e parcial do ensino, com a promoção de palestras, debates, seminários e publicações. Entendemos que o problema maior do estudante não é simplesmente a falta de liberdades democráticas nem é este seu remédio, mas sim toda estrutura autoritária e coercitiva do aparelho educacional, que cerceia a criatividade e o desenvolvimento integrado do estudante, tornando-o apenas um 'técnico', hábil para manejar e utilizar dados segundo normas consagradas, porém incapaz de desenvolver um raciocínio crítico sobre a realidade ou, mesmo, sobre a finalidade última do seu trabalho.

(Jornal *Navegar é Preciso*, do CEEP, maio de 1976)

Introdução

A história da organização estudantil na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) tem início com a fundação do Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio, em 1910. Prossegue, desde meados dos anos 1940 até 1964, com o Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas (CEUCE) e continua, desde 1965, com o Diretório Acadêmico de Economia, Contabilidade e Atuariais (DAECA) e com o Centro Estudantil de Relações Internacionais (CERI), criado em 2004.

* **Ronaldo Herrlein Júnior** é bacharel em Economia pela UFRGS e doutor em Economia pela Unicamp, Professor adjunto da UFRGS. Foi pesquisador da Fundação de Economia e Estatística. É coautor de diversos livros sobre história regional.

Ao longo de quase cem anos, foram profundas as transformações no perfil e no número dos estudantes, na organização de suas entidades representativas e nas motivações de seus movimentos. Apesar das grandes mudanças, duas características parecem comuns às diversas fases dessa história. Em primeiro lugar, sempre houve um grande envolvimento da entidade e dos estudantes com os problemas e as questões do ensino. Uma segunda característica que atravessa épocas é que a organização e o movimento dos estudantes das Ciências Econômicas, seja pelo seu peso numérico, seja pelo seu elevado grau de politização, frequentemente pluralista e conflituosa, sempre ocuparam lugar destacado no movimento estudantil da universidade e do estado. Por essas características, muitos dos estudantes que protagonizaram a história desse movimento tornaram-se lideranças sociais, empresariais e políticas, enquanto outros tantos tornaram-se professores.

O Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio: 1910-1945¹

Na remota e tranquila Porto Alegre de 1910, a calma do povo era às vezes perturbada por alguma notícia do estrangeiro ou pela agitação da política, nas campanhas cívicas e sucessões presidenciais. Uma elite intelectual “digladiava-se em debates, em torneios de oratória, nos jornais, nos cafés e na câmara” (Miranda, 1947, p. 173). Os estudantes universitários da época tinham seu espaço nos jornais, nas tribunas e nas praças públicas, expressando suas ideias pacificamente, embora de vez em quando um piquete de cavalaria da Brigada Militar mandasse o contrário. Acadêmicos de Engenharia, Medicina e Direito “frequentavam a escola durante o dia e à noite dedicavam-se em serenatas intermináveis às garotas bonitas”. Mas a vida era diferente, e mais dura, para os estudantes de Comércio: trabalhavam durante o dia e à noite entregavam-se aos estudos.

Nessas condições é que surge, em 7 de setembro de 1910, o Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio, por deliberação de uma reunião na sala “André da Rocha” com 29 estudantes presentes. O Grêmio estudantil então criado viria a ser o mais antigo centro acadêmico de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul e o segundo do país. Congregava todos os estudantes da Escola de Comércio, tanto os de nível médio como os de nível superior. Naquela primeira reunião foi definida uma diretoria, com oito membros, e uma comissão de três colegas para elaborar os estatutos da entidade. Na diretoria, cabe destacar seu presidente, Francisco José da Costa Filho, seu vice-presidente, Aristides Casado, e seu tesoureiro, Virgílio Bassano Cortese, que se graduariam todos como bacharéis em Ciências Econômicas e Comerciais na primeira turma da Escola, em 1913. Virgílio se tornaria posteriormente professor catedrático, muito estimado pelos estudantes e grande apoiador de suas iniciativas até os anos 1950.

¹ Esta seção baseia-se no trabalho realizado por Jorge Babot Miranda (1947), com base em mais de 100 atas de reuniões do Grêmio.

REVENDO

Acta n.º

Sessão, ordinária, de

Nos sete dias
noventa e dez, reunidos
vinte e nove alumnos da
vidou-se ao Sr. Francisco
previdor, a reunião

Tomando este a palavra
no ad-hoc, o Sr. Eduardo
seguida, declarando aberta
Presidente, a fundação,
da Escola de Commercio

Aprovada esta pro-
dente, que se procedeu, a
na a guisa de 1910, e 1911,
constituída:

Presidente: Francisco
1.º Presidente: Theodoros
1.º Secretario: Eduardo
2.º Secretario: Arnaldo
Aguarero: Theodoros

Commissão de conta
Theodoro Gutierrez
Archimundo Campa
Alfredo Mariath

Proposta a nova
esta, uma comissão
as estatutos do Gremio: e
Porto Alegre, aos 7 de

Theodoros
Eduardo

Sabe-se que entre as atividades realizadas pela primeira diretoria do Grêmio estiveram uma conferência pública sobre a educação, um mês após a criação da entidade, e uma segunda conferência, sobre a mulher, em abril do ano seguinte, que contou como orador oficial com Alcides Dias Antunes, estudante da primeira turma, graduado em 1913 e posteriormente professor da Escola (Miranda, 1947, p. 174).

Em 2 de setembro de 1911 ocorreu a segunda eleição para a diretoria do Grêmio, sempre por voto secreto, direto e universal, tendo sido reeleito como presidente Francisco J. da Costa Filho, sendo vice-presidente Silvério Teixeira (futuro guarda-livros) e primeiro secretário o já citado Alcides D. Antunes. No dia 13 daquele mês, tomou posse a nova diretoria, numa reunião marcada pela polêmica em torno da proposta de Virgílio Cortese, que sugeria redução em 50% da mensalidade do Grêmio, que era de 2 mil réis. A proposta foi derrotada por 11 votos a 8. Naquele ano de 1911, a terceira conferência realizada pela entidade teve como tema: “Da psicologia da sociedade”.

Em abril de 1912, uma comissão foi nomeada para se entender com o diretor da Escola para solicitar o provimento de professores em duas cadeiras (Estenografia e Direito Comercial) e esclarecer se o ponto obrigatório na Escola estaria mantido, em razão da “nova lei do ensino livre”. Em agosto de 1913, os alunos da primeira turma do Curso Superior da Escola de Comércio, em reunião com a Congregação da Faculdade de Direito, pediram que lhes fosse concedido um título, um anel simbólico e um emblema para os diplomas assim que o curso fosse concluído. A Congregação então resolveu conceder aos alunos que concluíssem o Curso Superior o título de bacharel em Ciências Econômicas e Comerciais e aprovou o modelo proposto para o anel simbólico, determinando, porém, que o emblema continuasse a ser o já adotado nos diplomas do Curso Geral, de nível médio.

Havia nessa época grande colaboração entre estudantes e professores, que trabalhavam em harmonia pela melhoria do ensino e da instituição. Em 1913, na sessão que elegeu a quarta diretoria do Grêmio, o desembargador André da Rocha foi aclamado seu presidente honorário, numa proposta apresentada por Alcides Antunes e aceita por unanimidade.

A terceira diretoria do Grêmio foi eleita em 11 de setembro de 1912, escolhendo como segundo presidente na história da entidade Victor Sperb, também integrante da primeira turma de bacharéis formada pela Escola e que se tornaria um empresário industrial dos anos 1940. A eleição da diretoria seguinte, em 28 de outubro de 1913, foi anulada por estarem as cédulas viciadas. A nova diretoria foi empossada em 9 de novembro daquele ano, tendo como presidente Idalino Cardoso, que se graduaria bacharel em 1915.

O Grêmio recebeu um convite, em maio de 1913, do Grêmio dos Estudantes da Escola de Engenharia, para participar de uma reunião naquela escola para tratar da possível fundação de uma Federação Acadêmica, isto é, uma agremiação superior que congregasse as entidades estudantis de base. A iniciativa parece ter sido bem-sucedida, pois em pouco tempo já se tem conhecimento da atuação da Federação Acadêmica em favor das causas estudantis pela melhoria do ensino e das instituições universitárias.

Em julho de 1914, como resultado do trabalho realizado por Virgílio Cortese, foi obtido o reconhecimento da personalidade jurídica do Grêmio. No mês de abril de 1915, surge pela primeira vez a ideia de se fazer circular uma revista. Ideia essa que se concretizou em 1917 com a criação da *Revista da Escola de Comércio de Porto Alegre*. Ficou o Grêmio com o compromisso de auxiliá-la em até 20% do custo da impressão e todo aquele que desejasse assinatura deveria fazê-lo com o adiantamento de 50%. Foram seus primeiros redatores os estudantes Ernesto Pellanda,² Lucidio Ramos e Octaviano Junior. A revista foi publicada até 1922.

Nos anos de 1917 e 1918, o Grêmio é agitado pelas repercussões da Guerra Mundial em curso. Em abril de 1917 os estudantes da Escola de Comércio e de todas as demais estavam revoltados contra a marinha alemã que havia afundado um paquete brasileiro, o Panamá. Estudantes de todas as faculdades de Porto Alegre reuniram-se no Palacete Rocco para deliberar sobre o assunto, e o Grêmio enviou ao presidente da República, Wenceslau Braz, um telegrama hipotecando irrestrita solidariedade. Em julho do ano seguinte, surge em reunião do Grêmio a proposta de se abolir o ensino do idioma alemão. Naquele ano de 1918, a nomeação de Bruno Dischinger como professor de alemão foi acompanhada pelo boato de que haveria à noite uma manifestação hostil à Escola de Comércio, o que provocou a presença de um piquete da Brigada Militar guarnecendo a Faculdade de Direito, enquanto se realizava uma reunião do Grêmio, em 11 de outubro.

Em maio de 1920, surge em uma reunião a proposta de modificar o nome do Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio para Centro Acadêmico de Comércio, o que não foi aceito. No mesmo ano, em junho, são discutidas as propostas de criação do campeonato de ciclismo, de fundação da Caixa do Estudante Pobre e o uso obrigatório da vestimenta simbólica para o retrato de formatura. Em agosto, outra reunião delibera pela formação de uma comissão para tratar da “oficialização da Escola” junto ao diretor da Faculdade de Direito, o que significava a constituição da escola como faculdade autônoma. Ainda no mês de agosto é eleita por unanimidade a nova diretoria do Grêmio, tendo Hiram Pareta como presidente e, como secretários, dois futuros professores da Faculdade: Hildo Kopf e Henrique Desjardins.

Em 1921, o Grêmio patrocina mais uma conferência pública, sobre solidariedade acadêmica. Pouco tempo depois, uma reunião do Grêmio realizada em janeiro de 1922 na residência de seu então presidente, Joaquim Difini Neto, estudou a situação dos alunos diante do aumento das mensalidades da Escola, sendo designada uma comissão para tratar do assunto com o diretor.

Alguns fatos interessantes assinalam a passagem da década de 1920 para a história do Grêmio. No ano de 1924, o Grêmio organizou uma viagem a Rio Grande, para os estudantes de terceiro e quarto ano visitarem o

2 Ernesto Pellanda se graduaria apenas em 1926, pois se torna cronista e crítico do Diário de Notícias e, posteriormente, professor de Estatística, colaborando na transformação posterior da Escola de Comércio em faculdade autônoma.

navio-exposição Itália, com acompanhamento do professor Francisco Rodolfo Simch. No mesmo ano, os estudantes da Escola de Comércio conquistaram o título de Campões de Terra e Mar no campeonato acadêmico.

Em 1927, o Grêmio contribui com 165 cruzeiros para a recepção, em maio, da rainha dos estudantes cariocas, Zita Coelho Neto. A contribuição financeira recebeu críticas em reuniões posteriores, mas o fato mais notável foi a participação do acadêmico Nagipe Buaes, que mais tarde se tornaria professor da Faculdade. Conforme Jorge Babot Miranda (1947, p. 177), a ata nº 105 do Grêmio relata que na referida recepção “o senhor Nagipe Buaes havia se portado mal, chegando a desacatar a um dos membros da comissão de recepção, o que veio ocasionar diversos fatos lamentáveis”. Suas atitudes tinham ferido os estatutos do Grêmio e sugeriu-se a aplicação de uma pena de suspensão de 60 dias.

Ainda nesse ano de 1927, o Grêmio realizou um festival no Cine Teatro Guarany, apurando um lucro líquido de mais de 1.500 cruzeiros. Uma última reunião naquele ano, em novembro, debateu a “velha questão” da “oficialização da Escola”, tendo na ocasião o acadêmico Josino Pereira Silva Filho realizado uma enérgica acusação ao diretor da Faculdade de Direito, o desembargador André da Rocha, considerado o maior obstáculo àquele propósito.

Em 1929, em agosto, ocorre um fato inédito e possivelmente nunca mais repetido na história da entidade. Apesar da proibição dos estatutos da entidade quanto ao seu vínculo às correntes político-partidárias, numa sessão em 24 de agosto a Federação Acadêmica nomeia um estudante da Escola, Agnelo Corrêa Filho, como representante do Grêmio junto ao comitê central eleitoral da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa à Presidência da República, aparentemente com plena aquiescência dos participantes da assembleia.

Em junho de 1930, permanece a bandeira da “oficialização da Escola”, objetivando sua instituição autônoma ante a Faculdade de Direito. Surge, então, por iniciativa da Federação Acadêmica, uma nova campanha, pela criação da Universidade de Porto Alegre. O manifesto lançado, aprovado por estudantes de todas as Faculdades, continha entre outros os seguintes tópicos: 1º) criação da Universidade, com plena autonomia didática e administrativa; 2º) participação do corpo discente nos conselhos de direção da Universidade; e 3º) revisão dos métodos de ensino (adaptando-se às exigências do meio e da época), do processo de seleção de professores, das taxas de matrículas e exames (objetivando a gratuidade do ensino) e do regime de frequência. Essa ideia foi concretizada em 1935, no governo estadual do general Flores da Cunha, porém a Escola de Comércio permaneceu anexa à Faculdade de Direito.

A década de 1930 e o início da década seguinte configuram um período sobre o qual se tem pouca informação histórica, não apenas sobre a entidade estudantil, mas também sobre a Faculdade. Sabe-se que, em 22 de julho de 1930, a diretoria do Grêmio convidou todos os alunos e os graduados pela Escola para se reunirem em assembleia geral a fim de tratarem do “reerguimento da Escola” (Miranda, 1947, p. 178). Presidiu a sessão o professor Francisco Rodolfo Simch, que integrou como presidente uma comissão então

formada para elaborar um plano de ação. Conforme o relato de Miranda (1947), embora nada se saiba oficialmente sobre o que sucedeu desde a formação daquela comissão, os fatos posteriores indicam que ela trabalhou de fato e manteve a Escola viva e ativa até a sua transformação em Faculdade de Economia e Administração, em 1945.

O CEUCE e a construção da FCE: 1946-1963

Os primeiros anos da nova faculdade foram marcados por uma grande movimentação dos estudantes, em meio a novas mudanças (criação de novos cursos em lugar dos antigos, federalização da universidade e prédio próprio da faculdade) e às lutas bem-sucedidas pela regulamentação das profissões de nível superior de contador (1946) e economista (1951). Um grupo de estudantes dinâmicos e competentes, pertencentes principalmente à primeira turma do novo curso (que ingressou em 1946), empolgou o Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas (CEUCE) entre 1946 e 1952, marcando o início de um período muito rico em realizações acadêmicas e institucionais. Período que ganhará novo e maior impulso com a gestão de Pery Pinto Diniz da Silva à frente da Direção da Faculdade, de 1953 até 1964.

Entre 1946 e 1952 foi publicada pelo CEUCE uma revista notável, que teve cinco edições com numeração contínua (750 páginas). Tratava-se de um misto de revista acadêmica com almanaque, com extensão que variou entre 100 e 240 páginas, muito bem composta e com vasto e diversificado conteúdo. Custeada sempre com dificuldade, em parte pelo centro estudantil, em parte com venda de espaços publicitários e ainda com colaboração da Direção da Faculdade e da Reitoria, a revista *CEUCE* foi uma realização inigualável na história da entidade estudantil. Continha artigos de profissionais, professores e estudantes sobre temas científicos de economia, contabilidade, atuária, administração, direito e sociologia e sobre as campanhas pela regulamentação e valorização das novas profissões, especialmente no caso do economista, menos reconhecido socialmente que o contador. Artigos de Eugênio Gudin e Gilberto Loyô (México), entre outros, procuravam esclarecer o perfil profissional do economista, quais as componentes necessárias de sua formação e suas discutidas atribuições.³

Uma reportagem na revista *CEUCE* informava que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nomeara uma Comissão Especial para a elaboração de um anteprojeto de lei de regulamentação da profissão dos bacharéis em Ciências Econômicas. Havia uma grande diversidade de opiniões existentes sobre as funções da profissão do economista. Em 1945 havia se realizado uma reforma do ensino superior de Economia, retirando algumas matérias que não interessavam realmente ao curso. Segundo a reportagem, o anteprojeto deveria explicitar cla-

3 Em seu artigo “A profissão de economista”, Eugenio Gudin afirmava que a sociedade ainda não possuía consciência da necessidade de se ter bons profissionais nessa área. Era necessário estabelecer o acesso por concurso para vários cargos públicos (no Banco do Brasil, no Ministério da Fazenda, no Itamaraty e IBGE), com acesso exclusivo para economistas graduados (*CEUCE*, 1949, p. 538-539).

ramente quais deveriam ser as reais funções do economista e criar um órgão fiscalizador autônomo. Apesar de existirem apenas 4 mil economistas em todo o Brasil, a regulamentação era vista não como um favor que seria feito a esses, mas sim o cumprimento de um direito que era necessário a esta profissão.

Um Boletim Informativo, inserido na revista, também abordava o tema da regulamentação da profissão de economista, um dos assuntos mais tratados no meio acadêmico. O CEUCE trocava correspondência com os diretórios acadêmicos das Faculdades de Economia do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, e com os Ministérios da Educação e do Trabalho – fora a ação conjunta dos diretórios que conseguira, através do então ministro Negrão de Lima, a formação de uma comissão que elaborasse o anteprojeto da regulamentação. Após algum tempo, o CEUCE recebeu o anteprojeto feito pelo Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro. Entretanto, não agradou o diretório. O Centro dos Estudantes então atendeu ao pedido da Sociedade de Economia e enviou suas próprias sugestões, substituindo o anteprojeto dos cariocas por um trabalho elaborado pelo estudante José Guerchman. Esse trabalho, publicado na revista, consistia num texto completo de lei, trazendo as atribuições da profissão e a estruturação do conselho profissional, tendo sido enviado à Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul e ao ministro, que em pouco tempo encaminharia o assunto para a Câmara dos Deputados.

O tema da regulamentação da profissão do economista rendeu diversas manifestações bem-humoradas dos estudantes. Mesmo após a regulamentação, em 1951, havia um caminho a percorrer no sentido da garantia dos espaços de exercício profissional. Assim, na revista *CEUCE* nº 5 (1952) anunciava-se “Sensacional furo da ‘CEUCE’: no mundial de futebol em 1954 o Brasil será representado por jogadores de *ping-pong...*”. Após essa “notícia”, era transcrito um texto de Eugênio Gudín que informava serem as missões econômicas que o país enviava ao exterior chefiadas por diplomatas, que nada entendiam do assunto, mas discutiam com os melhores economistas dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Holanda. Na mesma edição da revista, era publicada a foto de um cavalo, rodeado por risonhos estudantes, em frente à Faculdade de Direito, portando uma faixa com os dizeres: “Membro do Conselho Nacional de Economia!”. Ao lado da foto, um texto explicava que se tratava de uma homenagem aos membros do CNE, para o qual o “nunca inesquecível Presidente Euriquinho” não havia indicado nenhum economista.

A revista *CEUCE* apresentava reportagens próprias também sobre as excursões feitas pelos estudantes a Buenos Aires e Montevideú (sempre acompanhadas por um professor), sobre os eventos esportivos e sociais dos estudantes da FEA/FCE, com fotos das equipes, da madrinha da faculdade, dos professores e estudantes juntos em churrascos de confraternização, artigos sobre arte e literatura, testes culturais e de conhecimentos gerais de economia e contabilidade, jogos, charadas, palavras cruzadas, legislação, relações de todos os professores da Faculdade, de todos os egressos, de todos os alunos e até mesmo uma relação completa de todos os 654 economistas até então formados no Rio Grande do Sul, na URGS, na PUC e na Católica de Pelotas.

A revista é parte das realizações do CEUCE quando à frente dele esteve o grupo de estudantes já referido, dentre os quais cabe nominar, pela sua projeção futura na própria história da FCE, Jorge Babot Miranda, Ruth do Valle, Afonso José de Revoredo Ribeiro, José Bonetti Pinto, Jorge Alberto Bermejo e Ary Burguer, que foram participantes de chapas ou diretorias do CEUCE nesses anos, ao lado de outros colegas de atuação marcante, como Ruy Cleto Duarte, Torquato José Martins e Heline Druck Pinto.⁴

O surgimento da revista *CEUCE* foi comemorado em grande estilo, com um churrasco de confraternização entre estudantes e professores, em 15 de novembro de 1946, no “Capão Bonito” (bairro Menino Deus). Entre os oito professores presentes, estavam o então diretor da FEA, Laudelino Medeiros, e outros futuros diretores: Francisco Machado Carrion, Hélio Machado da Rosa e Walter Diehl. O evento foi objeto de uma bem-humorada reportagem, amplamente ilustrada com fotos, publicada na segunda edição da revista (julho de 1947).

Nessa época, o CEUCE era uma entidade filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE), à União Estadual dos Estudantes (UEE) e à Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA e depois FEURGS). Além do “diretório” do CEUCE (nome então dado à diretoria), havia os representantes de turmas (por ano de ingresso e por curso) e a entidade abrigava, como núcleos “afiliados”, a Associação Desportiva dos Estudantes de Ciências Econômicas (ADECE) e a Associação Feminina das Estudantes de Ciências Econômicas (AFECE).

A diretoria do CEUCE de 1946, presidida por Babot Miranda, deu início a um ciclo de sete anos, sendo considerada uma referência pelo menos até 1952. O seu relatório de encerramento da gestão, apresentado em discurso lido na noite da concorrida eleição de 24 de abril de 1947, serve bem para ilustrar as ações da entidade representativa dos estudantes da FEA.

Naquela gestão, o CEUCE atuou decididamente em favor da regulamentação da profissão do economista, elaborando um anteprojeto para discussão nacional; registrou a personalidade jurídica do CEUCE; participou do Congresso Estadual de Estudantes, promovido pela UEE, em outubro, e manteve representação permanente na Sociedade de Economia, na UEE e na FEUPA. Por fim, como sua grande realização, criou e editou o primeiro número da revista *CEUCE*.

Nessa época, as eleições para o CEUCE foram geralmente muito concorridas, com intensa campanha, que chegava a contagiar os cafés da Rua da Praia. Em 1947, as eleições em abril foram preparadas por uma grande reunião aberta, sob a presidência de Jorge Babot Miranda, na noite do dia 23, para elaborar o regimento eleitoral e proceder ao registro das chapas. Essa reunião durou quase dez horas! Miranda recusara-se a disputar a reeleição e os grupos em disputa fixaram-se em torno de dois candidatos, tendo Ruy Cleto Duarte derrotado Ary Burger na votação em urna ocorrida no dia seguinte

4 O lançamento da revista *CEUCE* representou a realização de um sonho almejado havia muito tempo. Alguns alunos foram os grandes responsáveis por tal realização: Guaracy Cunha, José Guerschman, Waldemar Vargas Coelho e Ney Fontoura Freitas, este último o verdadeiro idealizador e executor.



Diretoria do CEUCE em 1946. De pé, a partir da esquerda: João Augustin Barbosa, Asshad Goytacaz Elkfury, Wilfredo Tarragô, Giaracy Cunha, Rubens Gaertiner e Wolmar Gomes. Sentados: Ruth do Valle, Jorge Babot Miranda, Torquato José Martins e Ruy Cleto Duarte.

por 104 a 57 votos. Apesar da forte disputa, tanto nessa como nas outras eleições estudantis da FCE até os anos 1950, o clima parecia ser bastante cordial, com saudações, votos de boas realizações e promessas de apoio de parte dos perdedores para com os vencedores.

A turma de bacharelandos de 1949 ainda faria o presidente do CEUCE para a gestão 1949/1950, elegendo o futuro contador e atuário Laerte Ramos Vieira, em disputada eleição contra o terceiro-anista de Economia Afonso José de Revoredo Ribeiro, por 102 votos a 90, em 3 de maio daquele ano. Antes que se iniciasse a apuração dos votos, o então diretor da Faculdade, professor Hélio Machado da Rosa, entrou na sala de aula em que trabalhava a comissão eleitoral e tomou assento à mesa para presenciar a apuração. Essa atitude impressionou profundamente a todos os presente, pois há muito tempo não se presenciava um diretor tomar assento entre os estudantes (CEUCE, 1949, p. 561). Com a vitória de Laerte, manteve-se a linha de conduta iniciada na gestão de Babot Miranda, acadêmico que seguiu cumprindo funções auxiliares nas sucessivas gestões no CEUCE até o ano de 1949, quando graduou-se bacharel em Ciências Econômicas.

O caráter incipiente do ensino de Economia desafiava as qualificações do corpo docente. Neste mesmo ano de 1949, o professor Temperani Pereira manifestava, em artigo na revista *CEUCE*, sua preocupação com as disciplinas novas, situadas no último ano do curso e que ocorreriam pela primeira vez

naquele ano em todo o Brasil. Os professores estavam despreparados para lecionar as disciplinas especializadas recém-criadas e faltavam livros didáticos adequados.

Ao final de maio de 1952, os estudantes da FCE entraram em greve, juntamente com todos os estudantes da UFRGS, em protesto pela atuação do reitor, Alexandre Martins da Rosa, em vista de suas atitudes durante aquela fase da federalização (CEUCE, 1952). Ele havia nomeado professores interinos sem consulta aos Conselhos Técnicos e Administrativos, que dirigiam as escolas e faculdades. Além disso, prorrogava sua permanência no cargo, pois seu mandato estava extinto desde fevereiro. Em meados daquele ano a situação havia evoluído, pois o governo federal promulgara novos estatutos para as universidades, determinando que o reitor seria escolhido pelo presidente a partir de lista tríplice, enviada pelo Conselho Universitário.⁵

Naquele ano de 1952, a diretoria do CEUCE foi amplamente renovada, pois haviam se formado quase todos os membros daquele grupo de estudantes que empolgara a entidade desde 1946. O presidente da gestão 1951/1952, Carlos Severo Recena, era acadêmico de Ciências Contábeis e Atuariais e também fora eleito presidente da FEUPA. Em agosto de 1952, quando do lançamento do nº 5 da revista *CEUCE*, um editorial expressava a esperança de novos rumos para o ensino, após um ano de regulamentação da profissão de economista e da federalização da universidade. Esperava-se a realização de concursos para as cátedras interinas, uma maior exigência aos discentes, assim como rigorosa frequência e trabalhos práticos em serviços de pesquisa. Fazia-se necessário o desenvolvimento de pesquisas, com a criação de departamentos especializados. A maior expectativa era de que a Faculdade se projetasse como órgão consultor no cenário econômico, financeiro e contábil no Rio Grande do Sul, na qualidade de entidade opinativa nesses assuntos, como faziam suas congêneres em outros países.

O ambiente acadêmico daquele período retratado nas edições da revista *CEUCE* (1946-1952) era de harmonia e colaboração. As críticas aos professores eram poucas, enquanto eram imensas as tarefas de implantação dos novos cursos para as novas profissões. As dificuldades naturais de um processo desse tipo pareciam perdoar as deficiências. Havia uma boa vontade geral e sincera no sentido de construir a FCE. Uma integração social entre os estudantes e desses com os professores caracterizava a FCE como um espaço de convívio mais abrangente que as atividades de ensino e bastante integrado à vida política e econômica da cidade, do estado e do país. Também os estudantes com vocação acadêmica encontravam espaço para integrar-se à docência,

5 A lista já fora elaborada e enviada, composta pelo reitor já citado e por Luiz Francisco de Guerra Blessmann e Elyseu Paglioli. Posteriormente, este último foi escolhido, tendo início seu mandato naquele 13 de agosto de 1952, data em que se comemorava um ano de regulamentação da profissão. Paglioli seria posteriormente reconduzido, permanecendo quase 12 anos à frente da UFRGS, até que tudo viesse a mudar, profunda e lamentavelmente, a partir de abril de 1964.



Na foto, o presidente argentino, Juan Domingo Perón, recebe de bacharelados da turma de 1947, da Faculdade de Economia e Administração, exemplar da revista CEUCE.

como assistentes ou instrutores de ensino.⁶ O movimento estudantil era feito com bastante seriedade, num clima de coleguismo e responsabilidade, por jovens conscientes de sua condição de elite em um país atrasado, porém dotado de imensos recursos e grande potencial de desenvolvimento econômico que cabia inclusive a eles realizar.

No primeiro lustro dos anos 1950, conforme depoimento de Cláudio Francisco Accurso, tínhamos ainda um curso de Economia insuficiente, com fortes marcas de sua origem jurídico-contábil. O regime de cátedra, em caráter vitalício, implicava a liberdade de escolha do catedrático sobre seus

⁶ Na relação do corpo docente da Faculdade em 1952, já é possível constatar a presença de vários daqueles estudantes das primeiras turmas do novo curso de Economia e ex-integrantes das diretorias do CEUCE. Ali aparecia, como assistente de ensino, Jorge Babot Miranda, trabalhando junto com o professor Temperani Pereira nas cátedras de Economia Política e de Valor e Formação de Preços. Ruth do Valle era instrutora de ensino, junto a Nagipe Buaes, na cátedra de Ciências das Finanças. Jorge A. Sanchez Bermejo era o instrutor junto a José Truda Palazzo, na cátedra de Comércio Internacional e Câmbio. Por fim, Afonso José de Revoredo Ribeiro atuava junto a Virgílio Cortese como instrutor da cátedra de Moeda e Crédito.

auxiliares, determinando a reprodução do perfil dominante. O curso consistia numa extensiva informação acerca de matéria econômica, sem qualquer costura por algum critério que implicasse uma lógica de formação do economista. Em 1953, importantes mudanças começaram a acontecer na história da FCE, com Pery Pinto Diniz da Silva em sua direção. Sua gestão foi responsável pela criação do IEPE, realização de convênios com instituições de ensino dos EUA, implantação do curso diurno, concessão de bolsas de estudo para os alunos participarem à tarde em pesquisas no IEPE, o que estabelecia um regime de “aluno de tempo integral” (Fonseca, 2000).

Em 1956, o CEUCE foi responsável por um evento marcante na FCE, a realização do IV Congresso Nacional de Estudantes de Ciências Econômicas, entre 10 e 14 de outubro, durante a presidência de Manoel Coelho. A Biblioteca da Faculdade guarda um extenso volume com os anais desse congresso. Nele constam as credenciais dos participantes, cada qual com firma reconhecida dos dirigentes dos Centros que mandavam seus delegados e devidamente seladas com estampas oficiais, além de ampla correspondência trocada nos preparativos do congresso, de todas as partes do Brasil e mesmo de países da América Latina. Existe inclusive um telegrama de Raul Prebisch (então secretário executivo da CEPAL), agradecendo o convite do CEUCE e se desculpando pelo não comparecimento. Os anais incluem ainda o resumo das principais teses apresentadas pelos estudantes.⁷

Na FCE, a partir de 1959, transcorrem profundas mudanças no ensino de Economia, com a introdução de matérias como Contabilidade Social, Teoria do Desenvolvimento, Análise Microeconômica e Análise Macroeconômica, Programação Econômica, Projetos Econômicos. As novas disciplinas deram ao estudante maior objetividade e uma forte instrumentação operacional. Houve um concomitante salto de qualidade nas disciplinas de Estatística e Matemática. A mobilização dos melhores alunos para se tornarem bolsistas do IEPE e o envio permanente de formandos ao exterior e sua incorporação posterior à docência tiveram uma repercussão positiva no nível de ensino (Accurso, 2000).

A efervescência da sociedade brasileira de então favorecia, pela elevação do nível de ensino e pelo clima de liberdade, um ambiente estudantil de grande agitação e de disputas políticas, trazendo para sala de aula inquietudes e questionamentos. Questionava-se o próprio ensino e os professores. O CEUCE atuava como exigente porta-voz de reivindicações de mudanças. Em 1962, a entidade abre um inquérito sobre as condições do ensino na Faculdade. A principal intenção era que os economistas formados por ela fossem mais bem preparados para um mercado mais abrangente.

Nesse mesmo ano, João Verle ingressou no curso de Economia. Ele relata que, devido às atribuições no cenário político do país, o debate ideológico pautava boa parte das conversas. Havia uma vigorosa polarização de teorias

7 Dentre essa, destacamos alguns temas interessantes: “A importância da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico brasileiro”, “A função do Estado no controle do seguro”, “Criação do curso de Ciência do Seguro nas faculdades de Ciências Econômicas”.

e visões de mundo. Em 1962, a UNE realizou a “greve do um terço”, que reivindicava a representação paritária nas instâncias decisórias universitárias. A greve não foi capaz de sensibilizar os governantes e parlamentares, tampouco teve apoio dos docentes. Nessa época, o jornal do CEUCE chamava-se *Debate Econômico*. João Verle colaborava com as atividades do Centro e disputou a presidência na eleição para o mandato 1963/1964, tendo perdido para Egon Handel, da Contábeis (Verle, 2000).

O DAECA e a resistência democrática e acadêmica: 1964-1984

Em abril de 1964 tinha início um período de trevas para a sociedade brasileira, repercutindo imediatamente sobre as universidades federais: mudam suas direções, professores são expurgados, é estabelecida uma legislação de exceção para o meio universitário e para as entidades estudantis. Segundo o relato de João Verle, as reações imediatas ao golpe de 1964 na FCE foram gestos mais quixotescos que eficientes. Houve uma tentativa de resistir (!) ao golpe: os estudantes ficaram longos períodos na Faculdade, como numa assembleia permanente. As aulas foram suspensas e foi formada uma barricada no saguão, com mesas e cadeiras amontoadas. Reinava uma confusão de sentimentos, de perplexidade, medo, incredulidade, euforia, indignação e frustração (Verle, 2000).

Desde abril, instalaram-se nos órgãos federais os interventores da ditadura, para promover o expurgo dos opositores da nova ordem. Na UFRGS, o processo tomou uma forma peculiar, pois os inquisidores foram encontrados dentro do próprio corpo docente.⁸ Ao todo, 37 professores foram expurgados na UFRGS, em 1964 e em 1969. Da FCE, foram excluídos os professores Antônio de Pádua F. da Silva, Cláudio Francisco Accurso, Armando Temperani Pereira e Cibilis da Rocha Viana.

Os novos governos militares trataram de acabar com os centros acadêmicos e principalmente com as UEEs e a UNE. Ainda em 1964, entrou em vigor a lei nº 4.464, Lei Suplicy de Lacerda (então ministro da Educação). Ela determinava a proscrição das entidades estudantis existentes e a criação de outras sob controle do Estado, através das instituições de ensino. O funcionamento da UNE e das UEEs estava proibido, os DCEs estariam subordinados às direções das universidades, os centros acadêmicos seriam substituídos por “diretórios” acadêmicos, também sob controle das direções de faculdades. Para que as entidades pudessem funcionar, os seus regimentos deveriam ser submetidos aos órgãos diretivos das instituições ou ao Conselho Federal de Educação.⁹

8 Entre os professores que cumpriram esse triste papel estiveram com destaque dois da FCE: o ex-professor Nagipe Buaes, que presidiu a comissão que investigou os servidores da UFRGS, e o ex-diretor da Faculdade, Laudelino Teixeira de Medeiros, que integrou essa comissão (conforme o Boletim Alternativa nº 2, de 26 de abril de 1979).

9 Conforme a intenção do governo militar, deveriam ser criados “Diretórios Estaduais de Estudantes” e um “Diretório Nacional de Estudantes”, submetidos diretamente ao Ministério da Educação, mas esses organismos não chegaram a se constituir. As entidades proscritas seguiram atuando sem reconhecimento do governo, até o aprofundamento absoluto da repressão em 1968.

Ainda em 1964, logo após o golpe militar, a sede da Federação dos Estudantes da UFRGS foi invadida pelo exército e uma junta interventora tomou lugar da diretoria eleita. No final desse ano a entidade seria fechada, e em 1965 nasceria em seu lugar o DCE, dentro do padrão da Lei Suplicy de Lacerda (Bortot; Guimaraens, 2008, p. 14-19). Em 1966 ocorreram as eleições para o DCE, a última antes da proibição, ocorrendo a vitória do candidato de esquerda, com ampla maioria de votos, derrotando a Reitoria e os simpatizantes do regime, que estavam na sua direção (Pont, 2000). Como o DCE seguia enfrentando o regime com suas mobilizações, no final do ano, aproveitando-se das férias escolares, a Reitoria interveio no DCE e destituiu sua diretoria. Os estudantes reagiram, em março de 1967, ocupando o Restaurante Universitário, em protesto pela destituição da diretoria, mas foram removidos de lá por cerca de 200 homens da Brigada Militar. Ainda em março foi criado o DCE Livre que, mesmo sem uma sede, atuaria durante três anos.

A extinção do CEUCE e a criação do DAECA em seu lugar ocorreu provavelmente em 1965. Por essa época, havia ingressado (em 1964) no curso de Economia Francisco Machado Carrion Júnior, futuro professor da FCE. Como estudante, ele conta da batalha pela conquista do DAECA, então uma das entidades estudantis mais conservadoras da UFRGS. Sua chapa venceu a eleição (em 1966) e Carrion Júnior foi escolhido como representante discente na Congregação, instância na qual os estudantes travaram uma luta vitoriosa para aprovar uma “seleção pública interna” para qualquer ingresso de novo professor. Entre 1965 e 1967, a repressão política se aprofundava, os espaços diminuía, mas a criatividade e a disposição política dos estudantes aumentavam. Os estudantes que se opunham ao regime militar e criticavam a mediocridade e a insuficiência do ensino passaram a confrontar os professores com base no conteúdo das aulas. Preparavam o tema da aula seguinte e partiam para contestação frontal, evidenciando em classe, diante de toda turma, a incompetência de muitos professores (Carrion Júnior, 2000).

Nessa mesma época, em 1966, ingressou no curso de Economia na FCE Raul Pont. Ele conta que eram comuns os prejulgamentos sobre o futuro político dos estudantes dos diferentes cursos da FCE, que cursavam juntos os três primeiros semestres. Os que fossem para Economia seriam de esquerda, os da Contábeis e Atuariais tenderiam ao centro ou à neutralidade, e os de Administração tenderiam para a direita.¹⁰ Assim, a polêmica e o conflito estavam lançados desde o ingresso na Faculdade e iriam para dentro da sala de aula e para o bar. O quadro político era marcado pela atitude de rebeldia da juventude universitária, em reação ao caráter autoritário do regime e às violências cometidas contra a universidade, como os expurgos de professores, os ataques ao movimento estudantil, com punições e cassações de presiden-

10 Com efeito, na passeata dos “bixos” em 1966 (a última permitida pelo regime militar), a FCE foi uma das poucas unidades que desfilou com duas passeatas: a do DAECA e outra dissidente, apoiada pelo CEUE (Engenharia), agrupando estudantes favoráveis ou simpatizantes ao governo.

tes de centros acadêmicos e expulsões de alunos. A vida acadêmica sofria muito com a repressão, a censura e o temor dentro da sala de aula. Na FCE, principalmente pela ação do DAECA e de alguns professores que resistiam ou permitiam nas salas de aula algum debate, manteve-se um ambiente de crítica e contestação à política de subordinação aos Estados Unidos e às medidas recessivas do governo (Pont, 2000).

O final dos anos 1960 configurava-se como um momento de intensa renovação do pensamento de esquerda, processo que transcorria justamente no seio do movimento estudantil. Realizava-se uma revisão da historiografia e da análise da formação socioeconômica do país, num debate com consequências na sala de aula, porque o modelo adotado pelos militares era enfrentado e combatido principalmente no curso de Economia. Por outro lado, a unidade na luta contra o regime militar não impedia um debate cada vez mais radicalizado entre a esquerda. Foi em função disso que ocorreu a derrota da esquerda no DAECA, na eleição para a gestão 1967/1968. Na assembleia dos estudantes contrários ao regime, para escolha da chapa de situação, terminou empatada a votação entre os dois pré-candidatos! O impasse e a radicalização, diante de uma forte base opositora na FCE, levaram à derrota, que representou também a perda da entidade central, pois em 1967 passara a vigorar a escolha indireta, pelo Conselho de DAs, da diretoria do DCE (Pont, 2000).

A repressão aos movimentos sociais recrudescerá até 1970, observando-se a partir de então uma lenta retomada, no caso do movimento estudantil. Em fevereiro de 1967 o governo estabeleceu o decreto-lei nº 228, que ampliava o processo de intervenção no movimento estudantil.¹¹ Em fevereiro de 1969, um novo decreto-lei, o nº 477, estabeleceu no meio universitário uma legislação análoga ao AI-5.¹²

Em nível estadual, havia se estabelecido, no lugar da UEE e ocupando a sua sede, o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), que em 1967 ainda teve sua diretoria eleita pelo voto direto. Na ocasião, o grupo Decisão, formado por estudantes identificados com o regime militar, venceu as eleições, graças ao apoio estudantil do interior do estado, onde era forte o temor, o anticomunismo e a repressão nas faculdades.¹³ Em nível nacional, a UNE, mesmo ba-

11 O decreto-lei nº 288 proibia as eleições diretas para entidade central nas universidades, proibia a formação de entidades gerais (acima dos DCEs) e possibilitava a suspensão ou dissolução dos órgãos de representação estudantil que desobedecessem à proibição de participação política.

12 Conforme o decreto-lei nº 477, estudantes, professores e funcionários envolvidos com atividades “subversivas” poderiam ser processados pela Lei de Segurança Nacional e ficavam sujeitos à expulsão e proibição de novo acesso à universidade por cinco anos.

13 Em 1967, mesmo o funcionamento do DEE, controlado pela direita, entrou em conflito com o decreto-lei nº 228, mas isso foi contornado por meio da criação de uma nova entidade jurídica de direito privado, com fins assistenciais e culturais, que seguiu ocupando a mesma sede. Até sua extinção, no início dos anos 1980, o DEE foi visto pelos estudantes que se opunham aos governos militares como uma entidade criada pela ditadura para fazer frente às organizações tradicionais dos estudantes. O grupo que comandou a entidade até sua extinção manteve relações estreitas com as diretorias do DAECA no período 1975-1980. A reconstrução da UEE ocorreria em paralelo à existência do DEE.

nida, realizou seus congressos até 1967. Em 1968, Raul Pont presidia o DCE Livre e prosseguiram as lutas estudantis contra a ditadura e sua orientação na universidade. No mesmo ano, ocorriam grandes mobilizações nacionais, inclusive a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, em protesto pela morte de um estudante pela polícia militar.

Em 1969, por meio da lei nº 5.540, foi estabelecida a reforma universitária, que consolidava o sistema de créditos e o fim das turmas e criava a departamentalização, buscando a “racionalização de recursos”. Para as entidades estudantis, o fim das turmas suprimia as condições anteriores de representação efetiva dos estudantes junto a essas e às direções universitárias.¹⁴ Uma edição do *Jornaleco*, órgão do DAECA, de agosto de 1973, criticava a reforma universitária e os discursos laudatórios à universidade brasileira, indicando que não havia clima de liberdade e de autonomia plena, na vigência do decreto-lei nº 477. Não havia autonomia financeira, administrativa ou didática.

Em 1971, Cézár Busatto ingressou no curso de Economia da FCE. Ele conta que as turmas que ingressaram nesse curso nos anos de 1969, 1970 e 1971 foram marcadas pela busca de alternativas de pensamento econômico, além da teoria neoclássica convencional, que era praticamente monopolista na composição do currículo. Àquele momento, provavelmente em 1969, o DAECA retomara seu caráter crítico e antiautoritário. Ocorreu então, em 1971, a formação do Centro de Estudos de Economia Política (CEEP), um novo organismo estudantil que abria caminho para o estudo de outras correntes, como a economia clássica e a marxista, além dos temas e das teorias recentes de então. Nesse empreendimento estavam envolvidos Cézár Busatto e Áurea Correa de Miranda Breitbach, então calouros, e o veterano Luiz Alberto Miranda, que se formaria ainda naquele ano de 1971, tornando-se professor da FCE já no ano seguinte.

O DAECA cumpriu nesse período um papel muito relevante. Passaram a ser editados os *Cadernos do DAECA*, veículo do pensamento econômico e político alternativo que circulava dentro da Faculdade, com influência grande dentro da UFRGS e mesmo fora dela, marcando época no estado. Realizava palestras, debates e seminários de grande significado, inclusive com repercussão nacional.

Nessa época, como em tantas outras, colocava-se o problema da representatividade do diretório acadêmico. O *Jornaleco* nº 10 comentava a imensa passividade da maioria dos estudantes diante de matrículas “indescritivelmente bagunçadas”, diante de professores ruins ou autoritários, que eram aceitos de cabeça baixa ou, no máximo, com sarcasmo, e diante de órgãos colegiados em que a representação estudantil era de um para cada nove professores. Contra isso, havia somente um caminho: organizar novamente o conselho de representantes estudantis (CR), apesar da inexistência de turmas e da dispersão das aulas em vários prédios. Nesse sentido, o jornal destacava o trabalho pioneiro na UFRGS, realizado na gestão 1972/1973, do DAECA: a organização do CR (por disciplinas selecionadas) nos três cursos, funcionando de modo integrado com os representantes nos órgãos colegiados, eleitos diretamente pelos estudantes.

14 A reforma também pôs fim ao regime de cátedra, introduzindo uma nova carreira estruturada, com acesso por concurso, embora na prática ainda ficasse aberta uma “porta dos fundos” para os “amigos do rei”.

Nas eleições do DAECA para o mandato 1973/1974 venceu a chapa de situação, que congregava todos os estudantes contrários ao regime militar. A chapa eleita ao final de setembro apresentava cinco nomes: Maurício Chalfin Coutinho, Clarisse Chiapini Castilhos e Maria da Graça Silva Druck, da Economia, e Cezar Santos Alvarez e Marcelo Lopes, da Administração. Um assunto importante do programa revelava o litígio com a direção universitária: as verbas do DAECA. Havia três anos que a Reitoria não repassava ao DAECA os recursos da “taxa de contribuição social” recolhida dos estudantes, sob a alegação de que não haviam prestado contas quatro gestões anteriores, eleitas entre 1962 e 1968. Essa chapa, vitoriosa nas eleições, deveria assumir o diretório em 10 de outubro, mas só pôde tomar posse no ano seguinte, devido ao fechamento do DAECA pelo DOPS, poucos dias após a eleição, motivada pela publicação do *Jornaleco* nº 11, que continha “manifestações de caráter político”. A matéria de maior “impacto” da edição do *Jornaleco* trazia a foto de Pedro Selig, então diretor do DOPS no estado, com o título “Torturas e condecoração”, e no texto era relatada a condecoração que o governo federal lhe concedia, justamente a ele que os estudantes denunciavam ser responsável por torturas e mortes de cidadãos contrários ao governo nos últimos anos.

Em nota aos estudantes, a diretoria eleita relatou que o DAECA, “único órgão de representação dos 1.800 estudantes dessa faculdade”, fora violentamente fechado pela Reitoria no dia 8 de outubro de 1973. A portaria nº 1.115, dessa data, assinada pelo reitor Ivo Wolff, determinava o fechamento do DAECA e a instauração do inquérito sumário em conformidade com o decreto-lei nº 477. Dois dias antes, no sábado, o DAECA havia sido arrombado por pessoas estranhas que entraram na Faculdade sem que funcionários impedissem ou percebessem.

Diante da atitude da Reitoria e das forças repressivas do regime, ocorreu uma intensa e surpreendente reação que envolveu estudantes e diversos setores da sociedade civil, visando impedir a aplicação do decreto-lei nº 477 e pela reabertura do DAECA. Este era então um dos principais redutos da esquerda na Universidade e a reação ocorrida serviu como estopim para revigorar o movimento estudantil na UFRGS (Bortot; Guimaraens, 2008, p. 41). Dezesseis diretórios acadêmicos da UFRGS lançaram a proposta de realização de uma petição de todos os alunos da Universidade em apoio aos colegas da FCE. Em dois dias aproximadamente dois mil estudantes assinaram a referida petição.¹⁵ Em meio a essa mobilização, foi confirmado, em 29 de outubro, o indiciamento de quatro estudantes no decreto-lei nº 477: César Busatto, Rosa Maria Marques, Marcelo [?] e Alfredo [?].

15 Ainda na primeira quinzena de outubro, solidarizaram-se com a situação e deram forte apoio ao DAECA estudantes de outras universidades do estado e do país (ÚCS, UFSM, UNISINOS, UFBA, UFMG), através de seus diretórios acadêmicos, outros setores da UFRGS, as bancadas da ARENA e do MDB na Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, através de seu presidente, manifestando-se contrários à aplicação do decreto-lei nº 477. Apesar de toda a movimentação, um informativo sobre o fechamento do DAECA, em final de outubro, dava conta de que nada fora publicado na imprensa, pois haveria uma proibição da Censura Federal de tocar em assuntos que envolvessem o DAECA.

Pela primeira vez, depois de cinco anos sufocado por severa e amedrontadora repressão, o movimento estudantil na UFRGS empreendeu uma enorme reação para evitar a expulsão dos diretores do DAECA da Faculdade. O grande abaixo-assinado, que alcançou cerca de três mil assinaturas, era algo inédito e inovador para aquele momento de repressão. O episódio foi fundamental para que o processo contra os estudantes indiciados pelo decreto-lei nº 477 não resultasse em sua expulsão. Os diretores puderam continuar estudando e concluir o curso, enquanto o DAECA permaneceu fechado até o ano seguinte (Busatto, 2000). Após uma campanha do movimento estudantil da UFRGS e estadual, o DAECA foi reaberto em julho de 1974, ocorrendo então a posse da nova diretoria eleita à época do fechamento.

Em 1974 e nos anos seguintes, destacavam-se na FCE como lideranças estudantis contrárias ao regime militar, além dos estudantes já citados, os diretores do DAECA na gestão 1974/1975 Luiz Carlos Leão, Roger Norberto Keller, Maurivan Botta, José Bernardo Coutinho, bem como os estudantes Sérgio Pureza, Luiz Augusto Faria, José Carlos Moraes, Newton Pinho de Bem, Fredo Ebbling Jr., Sônia Chalfin Coutinho, Cláudio Augustin, Maria da Graça Tovo Loureiro e Cézár Alvarez. A grande maioria estudava Economia e graduou-se entre 1975 e 1979, sendo Alvarez uma das exceções, pois cursava Administração.¹⁶ O programa da chapa eleita para a gestão 1974/1975 no DAECA propunha-se a manter o trabalho crítico e organizativo realizado desde a reabertura do DAECA.

Em 1975, o movimento estudantil da UFRGS conseguiu realizar as eleições prévias para o DCE, impondo sua vontade sobre a política anterior da Reitoria. No mesmo ano, nas eleições para o DAECA, a esquerda forma duas chapas (Perspectiva e Nova Proposta) e, mesmo com maioria, perde a eleição para a chapa Renovação, liderada por Lindomar Rigotto (irmão do ex-governador Germano Rigotto), que obteve 42% dos 1.633 votos. Rigotto era uma liderança ativa no grupo ligado ao DEE, que apoiava o regime militar.

A vitória de Rigotto marcou o início de um ciclo de cinco anos, durante os quais grupos de estudantes identificados com os governos militares, ou que a ele não se opunham, passaram a dirigir o DAECA. Esse período coincidiria com uma grande expansão do contingente de estudantes da FCE e consequentemente da base de representação do DAECA, principalmente devida ao crescimento dos cursos de Administração (de Empresas e Pública). Dos citados 1.800 estudantes em 1973, chegar-se-ia a 3.000 no final dos anos 1970, mantendo-se aproximadamente esse número até meados dos anos 1990.

Logo no início da gestão de Rigotto, o DAECA foi remodelado. O salão amplo foi cimentado na forma de diversos nichos, com bancos e mesas de cimento, além de um espaço para a sede do bar. Tudo foi pintado nas cores creme e rosa claro. E essa nova configuração espacial, semelhante a uma boate, seria uma das marcas da nova fase na história da entidade. Os estudantes

¹⁶ Alvarez posteriormente trocava de curso para Economia e se projetaria como liderança estudantil em toda UFRGS, assumindo a presidência do DCE na gestão 1977/1978, graduando-se em 1981. Também Ebbling Jr. presidiu o DCE, na gestão 1978/1979, tornando-se diretor da UNE em 1979.

da esquerda, agora na oposição, sempre criticaram essa reforma por dificultar o uso do espaço para grandes aglomerações estudantis.

Em 1976, o CEEP, que funcionava regularmente desde o ano anterior como um organismo de cunho crítico, porém acadêmico, transformou-se num espaço de articulação da oposição. Nesse ano, o CEEP publicava um boletim semanal, intitulado *Contra Ataque*, e um jornal denominado *Navegar é Preciso*, sem periodicidade regular. A edição de nº 5 do jornal circulou na segunda semana de maio. Trazia um editorial indicando o propósito do grupo do CEEP e manifestando inconformidade com o marasmo e a apatia reinantes na FCE. Noticiava a realização de um seminário, concluído em 15 de maio, sobre o método em economia e a superação do subdesenvolvimento. O jornal criticava também a atitude da diretoria do DAECA, que se dispunha a pagar as folhas para os estudantes com recursos do diretório.

A situação venceu as eleições para o mandato 1976/1977 no DAECA, com a chapa Atuação, encabeçada por Geraldo Rosa, obtendo 57% dos 1.478 votos, contra 35% de uma chapa de oposição, que contava com Luís Augusto Faria e Cláudio Augustin, da Economia. Com a vitória da Atuação, deu-se a continuidade do mesmo grupo à frente do DAECA, sendo que o novo presidente seria depois também presidente do DEE. Nos anos de 1976 e 1977 cresciam as mobilizações estudantis pelas liberdades democráticas, com manifestações em frente à FCE e à Faculdade de Direito. Mas a diretoria do DAECA procurava manter a entidade e os estudantes da FCE alheios a essas mobilizações.

No ano seguinte, a eleição para o mandato 1977/1978 também foi vencida pela situação, com a chapa Participação fazendo 58% dos 1.564 votos, tendo como presidente Paulo Medeiros, contra 35% para a chapa de oposição, uma frente de estudantes de esquerda. Dessa diretoria temos notícia através do *Jornaleco* publicado no segundo semestre de 1978. No mesmo *Jornaleco* de 1978, a diretoria do DAECA expressava sua posição favorável aos planos da Reitoria de transferir a FCE para o Campus do Vale. No segundo semestre daquele ano, um folheto circulou convidando os estudantes de Economia para a reorganização do CEEP, avisando das reuniões regulares “todos os sábados 14h no CEUE”. O folheto manifestava-se “pela criação de um pólo de debate, crítica e discussão na FCE” e explicava: “nós queremos é criar um lugar onde a gente possa discutir tudo que é ‘esquecido’ ou mal dado na faculdade: economia marxista, estruturalismo, neo-ricardianismo e até o próprio Keynes, que é muito fracamente estudado no nosso curso”.

Aproximava-se o período de eleições para o DAECA e a oposição tratava de se organizar, divulgando uma nota em setembro, na qual se avaliava criticamente as três gestões do DAECA (Renovação, Atuação e Participação), indicando que diversos colegas de oposição passavam naquele momento a estar juntos e organizados de modo independente do CEEP. Essa articulação redundaria na formação da chapa Mudança, a qual se apresentou no pleito com críticas à falta de organização do CR, indicando a necessidade de reuniões abertas, assembleias, comissões (cultural, publicações, social e desportiva), da livraria, da poligrafia e de uma coordenação de estágios. Afirmava-se que

o DAECA, com diretoria de então, apenas ratificava as decisões das autoridades universitárias.

Apesar dos esforços da oposição, foi vencedora a chapa da situação, Conquista, para o mandato 1978/1979, tornando-se presidente Cláudio Gomes de Oliveira. A votação alcançou 1.386 estudantes, com a situação recebendo 59% dos votos, contra 41% da oposição (Mudança). Desse período, temos o relato de Jorge Roberto Escouto Dias, primeiro vice-presidente nessa gestão e que participou das gestões anteriores e posteriores como apoiador das diretorias. Ele conta que, por ocasião de seu ingresso como calouro da Contábeis no segundo semestre de 1976, recebeu do DAECA cinquenta convites para um churrasco dos “bixos”, para o qual poderia convidar quem quisesse. Naqueles anos, o diretório desenvolvia uma atividade intensa, funcionando 24 horas, numa espécie de revezamento. Junto do diretório havia o bar e os estudantes que por ali passavam se ocupavam com as tarefas da entidade e também com estudos e preparação para as provas. Segundo Dias, naquela época as diretorias do DAECA não costumavam levar reivindicações e solicitações para a Reitoria, pois iam direto a Brasília, onde obtinham fartos recursos para suas atividades. Ele explica que a turma do DAECA estava unida com o DEE, que era visto como a entidade estudantil tradicional, já existente, sendo a UEE “criada aí na frente onde funcionava o DCE”.

No verão do ano seguinte, 1979, circulou na matrícula um polígrafo intitulado “Para o bixo de economia”, com quatro depoimentos assinados por estudantes do terceiro semestre do curso, Carlos Águedo Paiva, Danton Silveira Neto, Jorge H. Backes e Alberto Zouvi. Eles procuravam alertar seus colegas, preocupados que estavam com o baixíssimo nível de ensino e o imobilismo dos estudantes. Nas críticas à diretoria do DAECA, Danton afirmava que a entidade não cumpria seu papel de luta contra a estrutura autoritária e injusta da Universidade e não realizava reuniões abertas. Afirmava também que, desde 1975, as gestões que se sucediam (“todas da mesma camarilha”) uniam-se com a Direção da Faculdade para atrapalhar qualquer iniciativa mais progressista. Isso ocorria porque, apesar da fachada democrata e liberal, as diretorias do DAECA objetivamente defendiam as ideias do governo militar, citando como exemplos o presidente da gestão 1976/1977, que presidira também a Arena Jovem, além do fato de vários diretores do DAECA apoiarem um candidato da Arena ao parlamento estadual. Entretanto, esses estudantes se diziam apolíticos. No polígrafo, os “bixos” eram convidados a tomar a iniciativa de estudar, participar e discutir.

Em 1979 um novo grupo de estudantes contrários ao regime militar assumiria o comando da oposição à diretoria do DAECA. Arno Augustin, Carlos Paiva, Carlos Henrique Horn (Ickx) e Danton Silveira Neto formaram o “núcleo duro” de um movimento oposicionista renovado. Em abril daquele ano, eles criaram o grupo Alternativa, lançando um boletim periódico de mesmo nome, “uma publicação da oposição”, que circulou desde o número 1 até o número 12 (setembro de 1980), acompanhando na oposição duas gestões do DAECA. A característica básica imprimida por esse grupo ao trabalho de

oposição à diretoria do DAECA era sua pauta de reivindicações e seu plano de lutas, de caráter nitidamente “sindical”, coerente com propósitos sempre anunciados, mas nem sempre buscados diligentemente pelas lideranças estudantis esquerdistas na Universidade.

Desde seu primeiro número, o *Boletim Alternativa* apresentava-se como um canal alternativo para expressão dos estudantes, na ausência de um jornal do DAECA que fosse aberto à participação de todos. Naquele semestre, a diretoria do DAECA gestão Conquista lançou uma nota com críticas às eleições prévias do DCE. Ela teria dado lugar aos “velhos e surrados estilos de fazer política estudantil”, com uso da força, violência e “artifícios maquiavélicos”, por grupos que “se apoderam e castram os canais de participação estudantil, [e] chamamos agora de ‘totalitários’ e ‘pelegos’”. Em agosto essa diretoria promoveu a II Semana Acadêmica da FCE, quando foram discutidos temas como política tributária, economia gaúcha, agroindústria e administração rural, sistema financeiro e mercado de trabalho do economista, do administrador e do contador.

Durante os anos de 1976 até 1980, quando foi dirigido por estudantes da “direita”, o DAECA mantinha sua livraria (livros com 20% de desconto), uma “central de estágios” e uma “central de cursos” (geralmente organizados pela ADVB e pelo IDERGS). Também ocorriam as rodas de samba uma vez por semana, havia sinuca, pingue-pongue, realizavam-se sempre torneios de futsal.

Uma nota da oposição, denominada “O que foi o DAECA 78/79”, publicada no segundo semestre de 1979, trazia várias críticas à diretoria. Posteriormente, o grupo Alternativa lançou um anteprojeto de programa, em um polígrafo, no qual chamava para uma reunião no saguão da FCE, em 13 de setembro, todos que faziam e apoiavam a oposição às quatro últimas gestões do DAECA.

Na eleição para o mandato 1979/1980, concorreram à presidência do DAECA Fernando Villarinho, da chapa Mudança, pela situação, e Carlos Paiva, da chapa Alternativa. Apesar da forte disputa, a situação venceu por 100 votos, obtendo 53% de um total de 1.099 votos. A chapa Mudança adotava o nome que anteriormente a oposição havia usado. Com o surgimento do grupo Alternativa, o nome estava disponível... Em seu programa, apresentava-se como uma proposta que pretendia “passar por cima dos radicalismos direita X esquerda” que prejudicavam unicamente os estudantes.

Em março de 1980 circulava o *Boletim Alternativa* nº 8, trazendo a proposta de formação do CEAD. Era anunciada uma palestra com Maurício Tragtenberg em 18 de março, com o tema “Análise crítica da Teoria Geral da Administração”, e para o dia 22 uma discussão do texto dele “Currículos de escolas de Administração e neocapitalismo”. Outra matéria fazia a indagação: “CR: sai ou não sai?”.

Em abril de 1980, o grupo Alternativa lançou dois boletins, o nº 9 e um especial sobre o congresso da UEE, tema sempre belicoso, devido às relações da diretoria do DAECA com o DEE, que subsistia como entidade rival da UEE. Ao final do primeiro semestre de 1980, circulou a “Nota Oficial 02/1980” da diretoria do DAECA. Preparada para sustentar a posição da diretoria numa assembleia geral, essa nota (sem data e sem informar sobre a assembleia) propõe

suspender a filiação do DAECA ao DEE, sem explicar os motivos. Presume-se que isso tenha ocorrido em função da pressão organizada e da crescente difusão da UEE e das críticas ao DEE. Essa nota foi reproduzida posteriormente no *Jornaleco* nº 2 daquela gestão (julho de 1980), com ligeiras modificações, na forma de uma notícia sobre a decisão da assembleia geral, que acontecera no dia 12 de junho. Justificava-se a não filiação à UEE pela necessidade da união entre os estudantes. A UEE seria divisionista e sectária.

Segundo o editorial do *Boletim Alternativa* nº 11, de julho de 1980, a Faculdade continuava a ser o “santuário da inércia, da falta de discussão e iniciativa”. Neste boletim é relatada a assembleia geral sobre a questão da filiação ao DEE ou à UEE, afirmando-se que terminou “empastelada” pela diretoria do DAECA. Outro problema provocado pela diretoria era a convocação tardia do CR no primeiro semestre. Graças ao esforço de uma comissão aberta em abril, fora possível realizar as passagens em salas de aula para escolher os representantes. Ocorreu então uma grande reunião em maio, que escolheu uma mesa organizadora (presidente e secretário eram dois membros do Alternativa), com a tarefa de convocar o CR em agosto. Nesse boletim foi inaugurada a contundente e divertida seção “Haja Saco”: “aqui, sentamos o ferro em alguns dos nossos ‘mestres”¹⁷.

O último *Boletim Alternativa* (nº 12) foi publicado em setembro de 1980, com doze páginas. O tema central estava na matéria de capa: “Conselho de Representantes de Turma: transformando o DAECA numa entidade democrática e combativa”. O boletim abria com o “Editorial ou como a diretoria do DAECA quer boicotar o Conselho de Representantes”. A matéria de fundo relatava que, após cinco anos sem funcionar, o CR estava organizado, como um organismo para lutar pela melhoria do ensino. Em 28 de agosto ocorreria uma importante reunião. Segundo o boletim, o peleguismo e autoritarismo da diretoria, apavorada ante a possibilidade de ver o aparelho de sua panelinha transformado em local de discussão e encaminhamento de vários problemas, instalou uma roda de samba no lugar previsto pra a reunião (bar do DAECA). A reunião teve de ser transferida para a sala do DAECA, onde faltou luz. Por fim, a reunião acabou realizando-se no saguão da FCE. Antes disso, a assembleia de 13 de agosto havia ratificado os critérios de formação do CR (abrangência de 74 turmas). Mas não fora possível discutir as passagens em aula, porque a diretoria do DAECA se fez presente e introduziu outra pauta, a greve da UNE, programada para os dias 10, 11 e 12 de setembro, por mais verbas para a educação (12%, contra os 3% então aplicados do orçamento da União).

17 A seção era composta de pequenas crônicas com relatos de situações de aula, comentários críticos e a citação nominal dos professores que, “por ignorância, reacionarismo e autoritarismo ou desinteresse fazem da FCE uma das piores, senão a pior, unidade de ensino da UFRGS”. Na edição seguinte do boletim, novamente foi publicada a seção “Haja Saco”, acompanhada de uma nova seção: “Viva o Mestre”, através da qual esses estudantes pretendiam mostrar o que entendiam ser uma boa aula.

A resposta da diretoria do DAECA sobre as acusações envolvendo a organização do CR veio através de um boletim “Conselho de Representantes”, de quatro páginas, publicado possivelmente em setembro daquele ano. O boletim celebrava “mais uma vitória de todos os estudantes”, que era a estruturação desse “órgão de auxílio ao DAECA” que não funcionava desde 1977, pois muitos problemas haviam impedido sua formação nos anos de 1978 e 1979, “a começar pelas correntes do movimento estudantil que só visavam defender seus interesses”. Uma pequena nota esclarecia contrariamente a acusação de que teriam apagado as luzes do DAECA durante uma reunião do CR. Isso seria uma falsa acusação do grupo Alternativa. Era verdade que a luz apagara e somente nas dependências do DAECA, mas era pela ocorrência de problemas na rede elétrica, cujas despesas de conserto estariam comprovadas na contabilidade da entidade.

No segundo semestre de 1980, o CR reuniu-se com quase todos os representantes escolhidos e organizou a luta do curso de férias. Continuaram os conflitos nesse processo, com a diretoria do DAECA afirmando que o CR devia se organizar, ajudando na escolha dos representantes em sala de aula, porém dificultando na prática a realização de reuniões e desrespeitando as deliberações. Foi assim até o momento em que, já no segundo semestre, os diretores do DAECA ausentaram-se das reuniões do CR. Com isso, ficava claro para os estudantes mais engajados, representantes de turma, que seus colegas do grupo Alternativa eram aqueles que sempre estavam presentes e com propostas para levar adiante as reivindicações, especialmente a luta pelo curso de férias.

A chapa Alternativa chegou à vitória na eleição do DAECA para o mandato de 1980/1981, o que significou a “retomada” da entidade pelos estudantes contrários ao regime militar e identificados com ideias de esquerda. A chapa era composta por Carlos Horn (Ickx), da Economia, Luiz Krein, da Administração, e outros colegas, como Carlos Hess e os já citados Paiva e Backes. Apresentava um programa inovador, em duplo tabloide com desenhos em quadrinhos, contando com a colaboração de cartunistas gaúchos (Edgar Vasquez, Corvo e Ferré). Na capa, um sujeito de gravata anunciava: “Final um programa sem discursos intermináveis, sem velhas cantigas. Para o DAECA, muito trabalho e uma proposta ALTERNATIVA”. Nessa eleição participaram 1.066 votantes, sendo anulada a urna da Economia (na FCE), com 206 votos. Nos votos restantes, o resultado da apuração, posteriormente homologado, assinalou ampla vantagem da oposição: Alternativa vencia Consciência por 477 a 240 votos. Na urna anulada, conforme se pôde apurar na ocasião, havia uma vantagem de 3 votos por 1 para a oposição. Considerando o universo total de votantes, a vitória alcançava 67% dos votos, com um detalhe: o Alternativa vencia em todas as urnas, vale dizer, teve o apoio da maioria em cada curso e tanto entre os calouros como entre os mais veteranos. O trabalho fora bem feito.¹⁸

18 A urna da Economia na Faculdade teve de ser anulada, pois a lista de votantes havia sumido. Um sumiço que o Alternativa atribuiu ao presidente do DAECA, que teria colocado a lista debaixo de um casacão, um tanto inusitado, que trajava na ocasião. Deu-se, então, a tentativa da diretoria do DAECA de provocar a anulação de toda a eleição por causa da anulação dessa urna. Contudo, o diretor da Faculdade deu posse à nova diretoria ainda em outubro daquele ano.

No início de 1981 foi possível retomar o bar do DAECA e foi realizada uma reforma, com a derrubada dos nichos de cimento, que tinham se tornado um símbolo da fase que se encerrava. A reinauguração foi feita com um “Festão” no dia 28 de maio, uma sexta-feira.

Na diretoria do DAECA, o grupo Alternativa realizou um trabalho permanente de avaliação do desempenho dos docentes. As crônicas da seção “Haja Saco” passaram a ser publicadas no *Jornaleco*, recebendo contribuições de qualquer estudante que quisesse expressar a crítica de suas turmas aos docentes. Além disso, realizavam-se reuniões gerais, junto com o CR (quando funcionava), para “passar em revista” a escala docente de cada semestre, reunindo-se o máximo possível de informações sobre cada professor. A novela da reforma do currículo de Economia teve sequência naquele ano. A nova comissão formada em 1980 passava por cima da discussão iniciada em 1978, enquanto os estudantes se recusavam a participar, sustentando as ideias aprovadas na comissão anterior. Então, em 1981, o plenário do Departamento decide aprovar o corpo da proposta da nova comissão e aceita a proposta dos representantes discentes de realizar uma consulta sobre o currículo aos estudantes. Essa consulta ocorreu em 8 e 9 de junho e as principais propostas apoiadas pelos estudantes eram a criação de uma disciplina de Teoria Econômica Alternativa, para se estudar Marx e Veblen, e a criação de especializações com as disciplinas optativas. As propostas não prevaleceram e o currículo aprovado não tinha a monografia obrigatória, continha duas disciplinas insípidas de Estudo dos Problemas Brasileiros e apenas quatro disciplinas optativas.¹⁹

Ao longo de 1981, a Comissão de Ensino do DAECA publicou o boletim *Conjuntura*, do número 1 ao número 8 (de maio a outubro). Esse boletim sempre trazia textos úteis para discussão, geralmente transcrições ou reimpressões de material da grande imprensa ou imprensa alternativa, de autores como Paul Singer, Dércio Garcia Munhoz, João Sabóia, Conceição Tavares, Bresser-Pereira, José Serra, Élio Falcão Vieira, além de textos de resenha e comentários produzidos pelos próprios estudantes que atuavam no CEEP.

Em outubro realizaram-se as novas eleições para o DAECA, com a chapa Alternativa enfrentando a nova oposição. A chapa 1, da situação, apresentou um programa com os dizeres “se muito vale o já feito... mais vale o que será”, com a pequena Libertad (personagem de Quino) mirando “hacia adelante”. Participavam da chapa Danton Silveira Neto, da Economia, Carlos Hess e Celso Azambuja, da Contábeis, João Daniel, da Administração, entre outros. Disputaram as eleições e venceram a chapa Fogo de Chão, que se apresentava como oposição ao Alternativa e também ao grupo que ocupara a diretoria no ano anterior. O Alternativa venceu com 59% dos 933 votos.

19 O desfecho da novela foi ainda pior, porque, por um engano administrativo, o currículo anterior foi removido do sistema, enquadrando automaticamente todos os alunos no novo currículo, que tinha 16 créditos a mais, retardando-se a formatura em um semestre. A burocracia universitária mostrou-se, além de incompetente, intransigente para corrigir o seu erro, recompondo os dados do sistema. Com a pressão organizada pelo DAECA foi possível obter a realização da chamada “matrícula 99”, um processo inconveniente, por meio de formulário, ao qual ficaram sujeitos os estudantes prejudicados.

A nova gestão do DAECA foi impactada, em março de 1982, pela chamada “greve do bandeirão”, que aconteceu na UFRGS e em outras universidades brasileiras. A greve ocorreu em oposição à medida do MEC que estabelecia a separação dos estudantes entre “carentes” e “não-carentes”, com a cobrança diferenciada de taxas e das refeições no RU, que sofrera um reajuste real substancial para os não-carentes.²⁰ Após uma adesão inicial, deliberada em reunião geral, a greve foi rejeitada pelos estudantes da FCE, através de uma votação realizada pelo DAECA, na qual a proposta de adesão à greve recebeu 600 votos contra 900 pela não-adesão. Foram 14 dias de greve na UFRGS, que terminou derrotada.

A imprensa do DAECA manteve-se bastante ativa em 1982, refletindo o dinamismo da entidade. Foram publicados boletins da Comissão de Ensino, do CEAD e do CEEP. Nesse ano, o CEEP publicou o boletim *Conjuntura*, do número 9 ao número 13 (março a setembro). O número inicial informava que o boletim fazia parte do processo de reorganização do CEEP, trazendo uma síntese dos debates sobre economia brasileira realizados no ano anterior. Trazia também artigos da *Revista de Economia Política* sobre inflação e apresentava um plano de ação para o ano, com a realização de seminários, palestras e estímulo à formação de grupos de estudo. A chapa (única) que se apresentou para o mandato 1982/1983 tinha Márcio Pochmann, da Economia, como presidente. Compunham também a chapa Luiz Krein, João Daniel, Nelson e Martin da Administração, Giácomo Balbinoto, Raul Bastos, Janice Dornelles de Castro, Adriana Dias, Ronaldo Herrlein Júnior, Paula Xavier e Gustavo Eberle, da Economia, entre 26 nomes apresentados no programa – o qual trazia o balanço de dois anos de gestão do grupo Alternativa. Pelo terceiro ano consecutivo era exitosa a luta pelo PLES (curso de férias). Apresentavam-se também análises da Universidade, da Faculdade e do país, um texto sobre o funcionamento do DAECA e outros sobre as comissões, a livraria, os encontros por área, o CEEP e o CEAD, os contatos com entidades de classe e o espaço do bar, além do plano de lutas.

Naquele ano de 1983, o CEEP publicou os números 14 a 17 (março a novembro) do boletim *Conjuntura*, que se extinguiria no ano seguinte. Um artigo de Mário Possas tratava da crise do ensino de economia, enquanto no mesmo boletim eram chamadas diversas reuniões para estabelecer grupos de estudo. Em abril, ocorreu um debate sobre método em economia, com os professores Luiz Alberto Miranda e Nuno Renan Pinto.²¹ Também foram publicados artigos de Luciano Coutinho, Antônio Barros de Castro e um de Henri Maksoud, com comentários de Carlos Horn, Hélio Henkin e Flávio Damico. Um novo boletim

20 Argumentava-se que essa separação era a porta de entrada para o ensino pago (“A UFRGS vai ficar tão cara quanto a PUC e a UNISINOS”), pois era implementada com fortes argumentos ideológicos, sendo assumida pelo governo a intenção de estabelecer futuramente uma cobrança pelo ensino superior, em consonância com os planos que vinham da época da reforma universitária e constavam em relatórios do MEC.

21 Os grupos de estudo tiveram um bom impulso inicial, com seis grupos formados em maio (cujos temas eram elementos de economia, evolução do capitalismo, formação econômica do Brasil, economia agrícola/ecologia, economia gaúcha e economia brasileira), todos apresentados, em uma edição do boletim, com seus respectivos coordenadores, dias, horários e salas de suas reuniões semanais.

da Comissão de Ensino em junho relatava a realização de uma palestra sobre a função do estágio na formação do contador, um ciclo de debates sobre mercado de capitais, uma conferência com o general Serpa, a feira do livro e o campeonato de futsal. O boletim também aponta que, naquele momento, as aulas dos quatro cursos da Faculdade ocorriam em 22 prédios diferentes!

Uma importante realização daquela gestão foi o I Encontro Estadual dos Estudantes de Economia (EnEsEE), ocorrido em maio. Foi o resultado de uma articulação que envolveu principalmente o CAVM da PUC, e reuniu, de sexta de noite até domingo de manhã, cerca de 25 estudantes de oito faculdades do estado. Foram abordados temas do ensino, da profissão e da economia do país. A abertura foi uma palestra de Luis Carlos Bresser-Pereira. O encontro aprovou a “Carta de Porto Alegre”, que foi posteriormente apresentada no ENECO, em Pernambuco, como posição dos estudantes de Economia do RS.

A chapa apresentada para o mandato 1983/1984 na diretoria do DAECA foi a única a concorrer e era integrada por quatro coordenadores gerais: Ronaldo Herrlein Júnior (Economia), Eduardo Dias (Administração), Paulo Ernesto Dorn (Atuarias) e Inácia Graeff (Contábeis). Compunham também a chapa, entre outros nomes, Marcelo Duarte, Airton Valada, Raul Bastos, Ivori Shaeffer, Adalmir Marquetti e Ricardo Dathein, todos da Economia.

O *Jornaleco* que circulou nas matrículas, em fevereiro de 1984, trazia como tema central a dupla campanha “Diretas urgente, para diretor e presidente”. Tendo em vista a sucessão do diretor da FCE, propunha-se uma campanha por eleições diretas. Esse tema mobilizou a gestão. A recepção aos “bixos” trouxe a inovadora “Galinhada atlética”, incluindo almoço, futebol de salão e vôlei misto.

Naquele ano a FCE vivenciou momentos de participação democrática até então inédita em toda sua história – e talvez mesmo não igualada até os dias de hoje. A indicação do diretor ocorria por lista sêxtupla, que era elaborada pela Congregação para escolha do reitor. A Congregação era a instância máxima da FCE, que reunia os professores titulares, mais representantes das demais categorias docentes, o diretor e o vice. Estudantes participavam na proporção de um estudante para cada cinco docentes. A proposta do DAECA era para que se realizasse uma votação direta para a lista sêxtupla e que se buscasse a aprovação de seus resultados pela Congregação. Buscava-se também comprometer os candidatos com um programa de melhorias da FCE.

A ideia ganhou fôlego, sobretudo devido à greve de professores e funcionários, por melhores salários e verbas para educação, que durou quase três meses. Apesar do esvaziamento da Faculdade, o DAECA manteve os estudantes mobilizados, realizando duas assembleias. Com a greve, surgiu um maior questionamento a respeito do caráter da universidade, do seu modo de funcionamento e da qualidade do ensino. A proposta de eleição ganhou força e a Congregação aceitou a realização de uma votação em caráter de consulta, junto aos três segmentos, sem assumir compromisso com acatamento dos resultados nem apontar uma forma de consolidar as três votações.

Dez candidatos disputaram a eleição, apresentando suas ideias para estudantes, professores e funcionários, através de conversas, passagens em aula e em dois debates, um pela manhã e outro à noite. O DAECA publicou um boletim que apresentava o perfil dos dez candidatos aos estudantes. Quatro candidatos receberam apoio explícito do DAECA, entre os quais estavam Luiz Alberto Miranda, Carlos Antônio De Rocchi e Walter Nique. O DAECA também manifestou-se contrariamente a três candidatos, mantendo-se relativamente neutro em relação aos demais.

Antes dos debates, houve uma assembleia geral dos estudantes, que deliberou sobre suas reivindicações, apresentadas a todos os candidatos. Após os debates, foi realizada a votação e seus resultados foram acatados em votação pela Congregação. Os dois primeiros nomes da lista acabaram se tornando diretor e vice, Edgar Irio Simm e Walter Meucci Nique, dos quais se pode dizer terem sido os primeiros eleitos diretamente pela comunidade da FCE.

A campanha pelas “Diretas Já!” para presidente da República repercutiu na FCE. O DAECA realizou um plebiscito, que apontou 95% dos estudantes a favor da mudança constitucional. Foi promovido o debate “As eleições diretas, os trabalhadores e os empresários”, com os sindicatos das profissões, a CUT e a FIERGS, sendo as aulas parcialmente paralisadas no dia da votação da emenda Dante de Oliveira.

Naquele ano ocorreu novamente um processo de reforma do currículo da Economia. Foi necessário adequar o curso a uma nova resolução federal de 1984, que instituía o pluralismo metodológico e a obrigatoriedade da monografia de conclusão. O DAECA participou em reuniões dos órgãos colegiados com até treze estudantes, na deliberação final. Isso garantiu que uma maioria progressista de professores aprovasse um “ótimo currículo”, segundo informa um boletim publicado na época.

A redemocratização do país e a implantação desse novo currículo de Economia bem podem ser considerados como marcos de referência para delimitar o fim de uma época e o início de uma outra. Esses vinte anos foram um período difícil para a FCE, cuja história, assim como a do CEUCE/DAECA, foi profundamente marcada pela ditadura militar. Houve uma evidente ruptura com o período anterior, 1946-1963, de construção compartilhada da instituição, por estudantes e professores, num ambiente democrático e aberto ao pensamento crítico. Ruptura com um período de identificação dos estudantes com a instituição, de coleguismo e forte identidade estudantil, de convívio estreito entre colegas e dos estudantes com os professores. Tudo isso deu lugar à fragmentação discente, à perda de identidade e de turmas, com um crescente estranhamento ante o corpo docente e a própria Faculdade. É bastante provável que nos anos 1970 a FCE tenha vivido o pior momento de sua vida como instituição de ensino e formadora de profissionais, vale dizer, a fase em que mais problemas afetaram a qualidade do ensino.

Da democratização aos dias atuais: o DAECA e o CERI (1985-2009)

Em 1985, apesar da frustração da campanha pelas “Diretas Já”, avançou o processo de redemocratização, com a posse do primeiro governo civil em vinte anos. Na FCE, várias mudanças estavam em curso e ocorria uma ampla renovação do corpo docente. Na Economia, a implantação de um (outro) novo currículo parecia atender aos antigos anseios dos estudantes por um ensino pluralista do pensamento econômico.

Naquele ano, estiveram à frente do DAECA Paulo Fernando Machado, Luís Alberto Braga, Paulo Rogério Vargas e Tiago Xausa (Economia), Rosina Weber (Administração), Sérgio Knorr Velho (Contábeis e Atuariais), Paulo Ernesto Dorn (Atuariais) e Ilma Gladis de Souza Borges (Contábeis e depois Economia). Esses eram apenas alguns dos 28 nomes que compunham uma ampla chapa, na qual se faziam presentes membros de diretorias anteriores, atuando agora nos centros de estudos (CEEP, CEAD e CEACON). O programa da chapa Alternativa 1984/1985 anunciava que haveria uma reforma geral no espaço do DAECA, inclusive o bar. A reforma ocorreu no verão e com ela o espaço físico das entidades estudantis assumiu aspecto semelhante ao atual.

Nessa gestão, as lideranças estudantis se propunham a ampliar a representatividade do diretório. No programa apresentado nas eleições como chapa única, afirmava-se que o diretório apresentava problemas: “Talvez o mais importante seja a reduzida participação do conjunto dos alunos nas atividades do diretório”. Propunham-se a avançar na democratização da FCE, defendendo a formação de um Conselho Diretor paritário entre professores, estudantes e funcionários, a realização de uma constituinte da FCE, para elaboração de um regimento da Faculdade que contemplasse democratização das decisões. Essas reivindicações democráticas, junto com avaliação de professores e do ensino, apareciam em primeiro lugar no plano de lutas do programa eleito, ao lado dos temas tradicionais sobre biblioteca (verbas), currículos, curso de férias e “aulas só no centro”.²²

Deste ano de 1985, assim como para a maioria dos anos restantes até 2009, não se encontraram registros das atividades efetivamente desenvolvidas. Os anseios de democratização da FCE não se confirmaram, ao menos nos moldes projetados após a consulta direta à comunidade, realizada em 1984. A escolha do novo diretor em 1988 ocorreu num processo restrito à Congregação. Somente nos anos 1990 seria retomada a prática de realização de consultas à comunidade por meio de votação, já sob uma nova ordenação estatutária e regimental da Universidade.

A sexta e última gestão do grupo Alternativa à frente do DAECA ocorreu no mandato de 1985/1986. Atuaram com destaque os estudantes Sérgio Knorr Velho, André Contri, André Minella, Adriana Dias, João Manoel da Cruz

²² Nas matrículas do início de 1985, a intenção de ampliar a participação transparecia no Boletim do DAECA entregue aos estudantes, no qual o tema principal era a matéria “O DAECA: um espaço aberto a todos os alunos”.

Simões, Sérgio Gonzales, Sérgio Campos, Clodiana Brescovit Alves, Leonel Henrique T. Santana, entre outros. Ao longo de 1986, completando-se quatro anos do grupo Alternativa como chapa única para o DAECA, o próprio grupo realmente havia deixado de existir, diluindo-se na estrutura do diretório.

Com a dissolução do grupo Alternativa, os seus “herdeiros”, geralmente identificados com o PT, lançaram a chapa Demanda Efetiva para o mandato 1986/1987. A principal característica dessa chapa era a proposta de formação de uma diretoria colegiada para o DAECA, composta por membros de todas as chapas concorrentes, em proporção ao seu número de votos. Mas era a vez da oposição, com mais duas chapas disputando a eleição do DAECA. E nenhuma delas aceitava a ideia de diretoria “proporcional”. A vitória coube à chapa Gente Nova, cujo apelo principal não poderia ser outro senão a necessidade de renovar as ideias e pessoas do diretório. A chapa era encabeçada por Marian Baggio, da Economia, identificada com o PDT. A terceira chapa, liderada por Luís Fernando Wasilewski, também da Economia, era impulsionada por estudantes ligados ao PC do B.

Com a vitória da Gente Nova, transcorreu o reerguimento do Conselho de Representantes em 1987 e um número maior de estudantes passou a movimentar as instâncias e atividades do diretório. Realizando uma gestão aberta, a nova diretoria conviveu com a participação dos antigos ativistas, ao lado dos novos que haviam disputado as eleições e com outros que surgiram. Participaram do DAECA nessa época Leonardo Amaral, Marco Cesar Quevedo e Lúcia dos Santos Garcia.

No início dos anos 1990, tiveram atuação destacada no DAECA os estudantes Daniel Maia, Jorge Lisandro Maia Ussan e Laurence Beltrão Gomes, todos da Economia. Na gestão de 1994/1995, atuou Alessandro Teixeira, da Economia, e em 1995/1996 sabemos dos três coordenadores – Ana Carla Magani (Economia), Ney Anderson Kegler (Contábeis e Atuariais) e Adriana Marchiori (Administração). Um *Boletim do DAECA*, na gestão Inovação, trazia como tema central a matéria “Saiba o que é um diretório ou centro acadêmico”. Uma das primeiras atitudes tomadas naquela gestão foi a realização da campanha “Amigos da biblioteca”. No dia da matrícula seriam recolhidas pequenas contribuições de cada estudante para que fosse possível comprar novos livros.

Outro tema muito relevante abordado no boletim dizia respeito às mudanças no espaço físico do diretório. O espaço físico do DAECA era composto por três ambientes: o próprio diretório, a reprografia abaixo dele e o salão, onde havia um bar. Tais espaços eram muito importantes tanto para a integração quanto como fontes de renda que permitiam a independência do diretório acadêmico. Porém, foi surgindo um processo de “desapropriação” de tais espaços, motivada pela “forma irregular” com que esses eram geridos, que poderia causar problemas à administração da Universidade ante o Tribunal de Contas da União. Para tentar defender o seu espaço, os estudantes lançaram uma campanha que objetivava retomar a autonomia das entidades, mas prevaleceram as preocupações da Reitoria e o DAECA deixou de ter o direito de locar “seu” espaço para a reprografia e o bar. Isso veio a se somar à proibição da venda de bebidas alcoólicas, de 1992, decretando o fim do bar do DAECA.

Em novembro de 1996, com a criação da Escola de Administração como unidade autônoma da UFRGS, o DAECA perde cerca da metade de sua base estudantil, que se desloca igualmente para a nova escola, formando seu próprio centro acadêmico: o Centro Acadêmico dos Estudantes de Administração (CAEA).

Uma “nova” publicação, o *Jornal do DAECA* veio a lume em agosto de 1997.²³ No referido jornal, destaca-se uma matéria principal, na primeira página, “Em defesa da Universidade pública e gratuita: não à LDB e à PEC 370!”. No mês de julho daquele ano, o Conselho Universitário da UFRGS fora convocado pela reitora Wrana Panizzi para discutir a adequação ou não às modificações trazidas pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A PEC estabelecia que o Estado se responsabilizaria por 70% dos gastos da Universidade, sendo que o resto ficaria a cargo da própria instituição, que captaria recursos com a iniciativa privada. Isso daria uma autonomia para a Universidade. Mas os estudantes questionavam essa ideia de autonomia financeira, na medida em que ela implicava a perda de autonomia acadêmica, ao subordinar a atuação universitária a um processo de privatização.

A criação do curso de graduação em Relações Internacionais, implantado em 2004, abriu um novo capítulo na história do movimento estudantil na FCE. No mesmo ano, por iniciativa da primeira turma de alunos do curso, foi criado o Centro Estudantil de Relações Internacionais, o CERI. A nova entidade passa a atuar nas diversas instâncias de representação discente da FCE, em torno dos temas de interesse dos estudantes de Relações Internacionais, que cumprem um regime diurno, com dedicação quase exclusiva. Construindo uma história nova, paralela à do DAECA, o CERI tem sido de fundamental importância para a construção conjunta do novo curso, ao estabelecer um diálogo permanente com a coordenação do curso, a cargo do professor Paulo Visentini, e com todo corpo docente. Além disso, o CERI promove anualmente a semana acadêmica de relações internacionais, palestras para estudantes do ensino médio sobre assuntos de política, segurança e economia internacional, mantém a revista acadêmica *Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional* e passou a organizar um curso de idiomas, com aulas de espanhol, francês e mandarim. São muitos os estudantes que participam do CERI, cabendo citar os presidentes das cinco diretorias, Bibiana Camargo, Carlos Gorito, Jonas Lunardon e Cristieni Castilhos. Também atuaram nesses primeiros anos de vida do CERI Pedro Borba, Vitor Lima Herrman, Christiano Ambros e João Marcelo Cornetet, entre tantos. Novas mudanças no espaço físico do DAECA permitiram acomodar melhor a presença de duas entidades, que convivem lado a lado e atuam conjuntamente nas questões mais gerais da FCE e da UFRGS.

23 O esquecimento do antigo nome, *Jornaleco*, adotado mesmo pelas diretorias “da direita” nos anos 1970, não deixa de ser um ato falho revelador. O que se nota aqui, mas também com relação aos temas, reivindicações e preocupações dos estudantes da FCE, é a recorrente e talvez inevitável perda de memória de um movimento cujos protagonistas fluem constantemente para fora dele.

Um episódio estranho e ao mesmo tempo lamentável marcou as eleições para o DAECA em 2005, alcançando repercussão na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e na imprensa, inclusive no centro do país. Naquele ano, o estudante Gabriel Afonso Marchesi Lopes, militante neonazista, lançou-se à presidência do DAECA, mas foi obrigado a renunciar. O motivo da renúncia foi a divulgação de uma mensagem de correio eletrônico que ele enviara, a partir de um computador da Universidade, aos seus *kamerads* do Movimento Nacional Socialista, de teor abertamente antissemita, comentando as reações da sociedade civil na imprensa aos ataques violentos cometidos contra jovens judeus no bairro Bom Fim. Na mensagem, ele pedia ajuda para pensarem juntos em uma “maneira eficaz de deter esses odiosos vermes judeus”, comentando, a propósito das eleições para o DAECA: “caso eu consiga obter o cargo que estou pleiteando, sei que poderei dar um apoio concreto aos NS de Porto Alegre, pois me será disponibilizado uma gama de recursos (espaço físico, apoio logístico, fontes de mídia e, inclusive, capital)”. A reação da UFRGS foi branda: após o trabalho de uma comissão disciplinar, o acadêmico foi suspenso por 60 dias, por propagar ideias racistas, o que lhe acarretou a perda do semestre.²⁴

Em 2007, o DAECA lançou novamente seu *Jornaleco*, destacando os projetos de uma nova reforma no espaço físico do DAECA/CERI e a realização de uma nova reforma curricular no curso de Economia. A reforma física teve seus projetos discutidos em reuniões abertas e contava-se com o apoio do então diretor da FCE, professor Gentil Corazza, para conseguir computadores e impressoras para o DAECA, “além dos pedreiros”. A reforma curricular da Economia seria objeto de assembleia geral dos estudantes do curso, a qual realmente ocorreu, mas com pouca participação. No mesmo jornal, publicado no primeiro semestre, noticiava-se a ocorrência, durante as férias de verão do início daquele ano, da disciplina de Matemática Financeira, ministrada como resultado de uma iniciativa do DAECA: “Antigamente essa prática já era utilizada, mas há muito havia sido esquecida”. A matéria ainda informava que “encontrar um professor que estivesse disponível não foi fácil, mas tudo acabou ocorrendo bem e devido à repercussão positiva há um processo para abrir cadeiras de férias também no inverno”.

Nos anos de 2005 até a atualidade, várias iniciativas caracterizam as gestões do DAECA, em atendimento aos anseios dos estudantes de Economia, Contábeis e Atuariais. Foi lançada e publicada até o número 4 a revista acadêmica *Visão Econômica*. O DAECA promoveu atividades nas semanas acadêmicas dos cursos, além de palestras eventuais a cada semestre. Em 2008 foram lançadas as camisetas do DAECA, com as estampas e frases de Adam Smith e Karl Marx, após ampla circulação de propostas de estampa. Em 2008, tiveram destaque o Ciclo de Filmes “Cineconart”, com exibições de cinco filmes suce-

24 Gabriel Marchesi, junto com outros estudantes da FCE, formou o Movimento Estudantil Liberdade, que liderou a luta contra as cotas de ingresso (por critério social e racial) na Universidade em 2007. Ele graduou-se em Ciências Atuariais em 2008 e atualmente é estudante de Estatística, também na UFRGS.

didadas de debates com professores, e a organização do 1º Encontro Gaúcho de Estudantes de Economia, o EGECAO.

Entre 2007 e 2009, muitos estudantes atuaram no DAECA, na sua diretoria ou colaborando nas comissões, atuando nos órgãos colegiados e na representação externa do diretório. Entre tantos, cabe destacar, pela constância de sua presença nestes últimos anos, André Coutinho Augustin, Jorge Armin-do Aguiar Varaschin, Luiz Henrique Zago Gaston, Adrian Dallegrove, Maria Aparecida de Rodríguez Machado, Fernanda Valada Machado, Allan Santin Garcia, Junior Goergen, Juliana Camargo, Lucas Zenkner Brose, Bernardo Frederes Krämer Alcade (Pato) e Tiago da Silva Silveira, Rafael Tams, da Economia, Samantha Braga Zarth e Felipe Araldi, da Contábeis, e Leonardo Juan Herrera, da Atuariais.

A comunicação com o conjunto dos estudantes acontece principalmente através do *blog* do DAECA, que possui também um perfil no Orkut, um *site* de relacionamentos. No *blog*, é possível ler que “O DAECA é o espaço onde os estudantes da FCE se encontram para conversar e jogar sinuca, truco e ping-pong, mas não é só isso. O principal papel do diretório, às vezes, não é percebido pelos estudantes. Nós representamos os estudantes de Economia, Contábeis e Atuariais perante os órgãos da Faculdade. Atuamos junto à Direção, ao Conselho da Unidade, aos departamentos e às COMGRADs na defesa dos interesses estudantis. Toda vez que falta professor para alguma disciplina, faltam livros na biblioteca ou os alunos nos procuram com alguma reclamação, levamos o problema aos órgãos competentes”.

Relação incompleta de presidentes (ou coordenadores) das entidades estudantis na FCE

I – DAECA e entidades precursoras

a) Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio

1910/1911 – Francisco José da Costa Filho	1920/1921 – Hiram Pareta
1911/1912 – Francisco José da Costa Filho (reeleito)	1921/1922 – Joaquim Difini Neto
1912/1913 – Victor Sperb	...
1913/1914 – Idalino Cardoso	1923/1924 – Lucídio Rodrigues Obino
1914/1915 – Lucídio Ramos	...
1915/1916 – José Leon Pereira	1925/1926 – Arno Gaspar Tatsch
...	...
1917/1918 – Ernesto Pellanda	1939/1940 – Franklin Diniz de Lima Moreira
...	

b) Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas

1946/1947 – Jorge Babot Miranda (Economia)	1951/1952 – Carlos Severo Recena (Contábeis)
1947/1948 – Ruy Cleto Duarte (Economia)	...
1948/1949 – Arlindo Burguer (Economia)	1956/1957 – Manoel Coelho
1949/1950 – Laerte Ramos Vieira (Contábeis)	...
...	1963/1964 – Egon Handel (Contábeis)

c) Diretório Acadêmico da Economia, Contábeis e Atuariais (Administração)

...	1984/1985 – Paulo Fernando Machado (Economia)*
1969/1970 – Renato Severo Miranda	1985/1986 – Sérgio Knorr Velho (Contábeis/Atuariais)*
...	1986/1987 – Marian Baggio (Economia)
1972/1973 – César Busatto (Economia)	...
1973/1974 – Maurício Chalfin Coutinho (Economia)	1994/1995 – Alessandro Teixeira*
1974/1975 – Luiz Carlos Leão (Economia)	1995/1996 – Ana Carla Magni (Economia)*
1975/1976 – Lindomar Rigotto	...
1976/1977 – Geraldo Rosa	2000/2001 – Fabio Sanhudo*
1977/1978 – Paulo Medeiros	...
1978/1979 – Cláudio Gomes de Oliveira	2006/2007 – André Augustin (Economia)*
1979/1980 – Fernando Villarinho	2007/2008 – Leonardo Juan Herrera (Atuariais)*
1980/1981 – Carlos Henrique Vasconcellos Horn (Economia)*	2008/2009 – Tiago da Silva Silveira (Economia)*
1981/1982 – Danton Silveira Neto (Economia)*	
1982/1983 – Márcio Pochmann (Economia)	
1983/1984 – Ronaldo Herrlein Júnior (Economia)*	

Nota: * Não houve presidente; consta o nome de um dos membros do colegiado de diretores.

II – CERI (Centro Estudantil de Relações Internacionais)

2004/2005 – Bibiana Camargo	2007/2008 – Jonas Lunardon
2005/2006 – Bibiana Camargo	2008/2009 – Cristieni Castilhos
2006/2007 – Carlos Gorito	

Conclusão

No final desta história chegamos aos dias que correm. Apesar das grandes mudanças no movimento e na organização estudantil da FCE, ao longo de 99 anos, observamos inúmeras permanências, recorrências, repetições. Parece que algumas coisas precisam ser sempre refeitas, como se fosse um trabalho de Sísifo, num esforço inútil e repetitivo. Mas logo vemos que o esforço nunca foi das mesmas pessoas e que, em cada fase da história da FCE, os diferentes estudantes organizados lá estavam fazendo um pouquinho da história da instituição, enquanto construíam suas histórias pessoais, forjando na discussão, na mobilização e nas lutas, mas também nos torneios esportivos, nas festas e nos cursos de formação, a sua aprendizagem política, social, cultural e científica.

Referências

- ACCURSO, Cláudio F. O ensino de Economia dos anos 50 a 80. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 89-93.
- BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão!* Movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BUSATTO, Cezar. Experiências vividas na Faculdade de Economia reforçaram meus ideais de democracia e justiça social. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 99-103.
- CARRION JÚNIOR, Francisco M. Um período conturbado. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 109-115.
- CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- CEUCE [Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas]. *Revista CEUCE*. Porto Alegre, n. 1, out. 1946.
- _____. *Revista CEUCE*. Porto Alegre, n. 2, jul. 1947a.
- _____. *Revista CEUCE*. Porto Alegre, n. 3, dez. 1947b.
- _____. *Revista CEUCE*. Porto Alegre, n. 4, nov. 1949.
- _____. *Revista CEUCE*. Porto Alegre, n. 5, ago. 1952.
- FONSECA, Pedro C. D. Faculdade de Ciências Econômicas e BRDE: duas histórias entrelaçadas. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 77-84.
- MIRANDA, Jorge Babot. História de uma vida. *Revista CEUCE*. Porto Alegre, n. 2, jul. 1947.
- PONT, Raul. Liberdade, liberdade. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 127-133.
- VERLE, João. Economista por acaso. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 135-140.